

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

CLAUDIR BURMANN

OFICINA CRIATIVA: CRIATIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DE UM IDEAL

São Leopoldo

2009

CLAUDIR BURMANN

OFICINA CRIATIVA: CRIATIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DE UM IDEAL

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Práticas Sociais e
Cuidado – Gestão e Redes Sociais

Orientador: Carlos Gilberto Bock

São Leopoldo

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B945o Burmann, Claudir

Oficina criativa: criatividade e sustentabilidade de um ideal / Claudir Burmann ; orientador: Carlos Gilberto Bock. – São Leopoldo : EST/PPG, 2009.

70 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2009.

1. Diaconia – Rondônia. 2. Igreja e problemas sociais – Rondônia – Igreja luterana. 3. Obra da igreja junto aos migrantes - Rondônia. 4. Migração interna - Rondônia I. Bock, Carlos Gilberto. II. Título.

RESUMO

Ao longo das últimas três décadas do milênio passado, e até o tempo presente, têm sido vivenciadas transformações profundas na sociedade brasileira e latino-americana. As mutações no sistema capitalista, a partir da introdução de novas tecnologias e técnicas de produção e gerência, alteraram intensamente as relações entre as pessoas, em nível do trabalho e em nível familiar, como também em outros âmbitos e instituições da sociedade. A migração interna ocorrida no Brasil, seja para áreas urbanas, seja para o norte brasileiro, fazem parte desse processo de transformação econômica em curso. A migração ao Estado de Rondônia, a partir dos anos de 1970, integra de forma exemplar a política econômica implantada no país. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), por sua vez, viu-se na necessidade de expandir sua presença para além da região sul e sudeste brasileiro, tendo em vista que boa parcela de migrantes que foram ao norte brasileiro integrava essa denominação. Além de estabelecer comunidades religiosas nas chamadas “Novas Áreas de Colonização”, a IECLB se preocupou com a assistência técnica na área da agricultura e assistência na área da saúde. Nesse sentido, diversos projetos sócio-diaconais de caráter desenvolvimentista foram implantados. Outros projetos sócio-diaconais que surgiram se postaram na área da garantia de direitos individuais e sociais. Esses projetos se inserem no contexto da mobilização e luta por garantias sociais ao longo das décadas de 1980 e 1990, tendo como fundamental referência a nova Constituição brasileira de 1988. O Projeto Oficina Criativa, posteriormente transformada em Instituição Beneficente Oficina Criativa, ligada à Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Porto Velho, Rondônia, configura-se dentro de todo esse contexto maior em termos da economia e política, além de estar inserida no contexto religioso-eclesial brasileiro e da própria IECLB. Como projeto sócio-diaconal, tem tido a capacidade de se re-inventar, garantindo, assim, a sustentabilidade de seu ideal na transformação da vida de pessoas e da sociedade, a partir da motivação oriunda da pregação e testemunho de Jesus de Nazaré.

Palavras-chave: direitos, sócio-diaconal, sustentabilidade, ideal.

ABSTACT

The last three decades of the past millennium represented profound changes for the Brazilian and Latin American societies. This assertive is also true in present times, with shifts in the capitalist system, with the introduction of new technologies and production techniques and management, altered intensely the relationships among people, at the work and family level, as well as in other areas and institutions of society. The migrations that occurred in Brazil towards urban areas and the North of country are part of the ongoing process of economic transformation. The migration towards the State of Rondônia, that started in the 70s, includes a copy of the economic policy developed in the country. The Evangelical Church of the Lutheran Confession (IECLB), in turn, saw the need to expand its presence beyond the Southern and Southeastern regions. A relevant number of migrants who went to North Brazil were members of the IECLB. In addition, in order to establish religious communities in so-called "New Settlement Areas", the IECLB cared about the technical assistance in the rural areas and assistance in the health area. Thus, several "socio-diaconal" projects of developmental nature were deployed. Other social/diaconal projects that emerged to posted in the area of ensuring individual and social rights. These projects fit into the context of the mobilization and struggle for social security over the decades of 1980 and 1990, with the fundamental reference of the new Constitution of 1988. The Project "Oficina Criativa", later transformed into Beneficent Institution "Oficina Criativa", linked to the Community Evangelical Lutheran Confession in Porto Velho, Rondônia, is in this whole context in terms of economy and politics, as well as being placed within the religious context of the churches in Brazilian and the IECLB. As a social/diaconal project, it has had the ability to reinvent itself, ensuring the sustainability of its ideal in the transformation of people's lives and society from the motivation of preaching and witness of Jesus Nazareth.

Keywords: rights, social-diaconal, sustainability, ideal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 GÊNESE DA OFICINA CRIATIVA.....	8
1.1 Um desafio.....	9
1.2 Uma pequena comunidade com grandes ideais.....	12
1.3 Porto Velho de novos ancoradouros.....	14
1.4 Um pingo de água sobre uma rocha quente?	17
1.4.1 O começo de um Projeto.....	18
1.4.2 Um primeiro redimensionamento.....	19
1.4.3 Início de atividades com crianças.....	20
1.4.4 Formato jurídico próprio.....	21
1.4.5 Reformulação do formato jurídico.....	22
2 A OFICINA CRIATIVA NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	24
2.1 A “grande” conjuntura.....	25
2.2 A busca pela garantia de direitos e proteção social.....	27
2.3 O Estado como garantidor de direitos.....	30
2.4 Diferentes características de entidades de ação social.....	32
3 A OFICINA CRIATIVA NO CONTEXTO ECLESIAL.....	36
3.1 A IECLB nesse contexto.....	37
3.2 A diaconia como tarefa.....	41
3.3 A IBOC como projeto diaconal.....	44
4 A IBOC E A SUSTENTABILIDADE.....	48
4.1 Sustentabilidade e processos avaliativos.....	50
4.2 A IBOC e sua capacidade de re-elaboração criativa.....	52
4.3 Sustentabilidade a partir de um ideal.....	54
4.4 A sustentabilidade da compreensão diaconal na IBOC.....	57
4.5 Desafios de sustentabilidade.....	60
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como objeto a investigação de um projeto sócio-diaconal, ligado à Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Porto Velho, Rondônia. Trata-se do Projeto Oficina Criativa. Esse Projeto surgiu no ano de 1990, fruto da sensibilidade da comunidade religiosa local em relação ao contexto social circundante, marcado por precariedades. Tendo como motivação a fé cristã, é proposto um projeto capaz de vislumbrar um futuro melhor para a vida de crianças e adolescentes num bairro periférico da cidade de Porto Velho.

O Projeto que emerge, inicialmente, busca conceder formação a adolescentes na área de marcenaria, especialmente para confecção de artesanato. A idéia foi possibilitar às pessoas envolvidas condições para o desenvolvimento de suas capacidades de modo a obter autonomia em sua afirmação futura. Diante de outras necessidades locais, em 1994, a Oficina Criativa passa a atuar também com reforço escolar junto a crianças com dificuldade de aprendizado. A partir de então, tendo em vista mudanças conjunturais em curso, o Projeto vai sendo reconfigurado, transformando-se, em 1998, na Instituição Beneficente Oficina Criativa, concentrando sua atuação na área da educação infantil formal. Apesar da reconfiguração, a motivação e o ideal originais continuam mantidos, ou seja, o caráter sócio-diaconal da Instituição.

Como projeto sócio-diaconal, à época, a Oficina Criativa se insere tanto no contexto social brasileiro mais amplo como no contexto específico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. No contexto social brasileiro, ao longo dos anos 1980 e 1990, vivia-se a efervescência de movimentos sociais em busca de alternativas econômicas e políticas, principalmente por garantias de direitos individuais e sociais. No contexto eclesial, amparado por uma leitura bíblica e teológica confrontada à realidade vivencial, propunha-se o engajamento cristão por justiça social. Os projetos sócio-diaconais que surgiram colocaram-se na busca e experimentação por uma realidade transformada em melhores condições de vida.

Dificuldades de toda ordem sempre fizeram parte da Oficina Criativa, exigindo criatividade para manter seu ideal ativo. A dificuldade para a manutenção financeira da Instituição tem sido uma variável constante desde sua origem. Infraestrutura improvisada, recursos humanos de assessoramento nem sempre disponíveis, questões de funcionalidade legal e outras dificuldades sempre exigiram grande flexibilidade e capacidade de inovação para a Instituição Beneficente Oficina Criativa se manter. Sua sustentabilidade repousa na

criatividade da reinvenção de seu ideal, perante conjunturas desfavoráveis. Com seu caráter sócio-diaconal vem a ser indicador de caminhos para outros projetos sociais.

Em nossa pesquisa, buscamos aprofundar o conhecimento da realidade brasileira e latino-americana a partir do que tem sido vivenciado nas últimas décadas, conjugado com bibliografia correspondente. Isso abrange tanto a reflexão acerca da realidade de modo geral como especificamente acerca da realidade religioso-eclesial. Para a pesquisa e estudo da Oficina Criativa e Instituição Beneficente Oficina Criativa, além do conhecimento vivenciado localmente, houve investigação de atas, correspondências, relatórios e outros documentos da própria Instituição e da Comunidade local. Bibliografias do campo das Ciências Sociais foram úteis para melhor compreensão e interpretação do conjunto das informações pesquisadas.

Em termos didáticos, a pesquisa está estruturada em quatro unidades. Na primeira unidade é abordada a inserção da Oficina Criativa na cidade de Porto Velho a partir da Comunidade eclesial. É desenvolvido um estudo investigativo acerca da cidade, da Comunidade e da própria Oficina Criativa, sua gênese e suas reconfigurações internas. Ao longo de sua história, Porto Velho tem sido marcado pelos diferentes ciclos da expansão econômica brasileira. A Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Porto Velho e a Oficina Criativa são parte de um desses ciclos.

A conjuntura social e eclesial nas últimas décadas do milênio passado, contexto envolvente à Instituição Beneficente Oficina Criativa, é analisada na segunda e terceira unidade. De modo geral, a sociedade brasileira estava mobilizada por mudanças políticas e econômicas, em busca de garantias de proteção social. O Terceiro Setor da sociedade passou a ter mais vigor, postando-se em organizações capazes de auxiliar na implantação de garantias sociais de obrigação do Estado. Diversas igrejas se engajaram nesse processo e, a seu modo, apresentaram projetos que, por sua motivação religioso-cristã, designamos de diaconais.

E, na quarta unidade, é desenvolvida a reflexão específica acerca da sustentabilidade da Instituição Beneficente Oficina Criativa. Embora o conceito de sustentabilidade tenha origem e conotação com o âmbito financeiro ou ambiental, sua compreensão é ampliada para todas as dimensões envolvidas numa ação social. Assim, é abordada a sustentabilidade da Instituição Beneficente Oficina Criativa, dentre outros, sob o ponto de vista da convicção de seu ideal, sua inserção eclesial e sua formulação teológico-diaconal. Fica a certeza de que a sustentabilidade da Instituição tem se dado pela criatividade e pela convicção em seu ideal de “fazer diferença” na vida de crianças e da sociedade.

1 GÊNESE DA OFICINA CRIATIVA

As décadas de 1980 e 1990 são mencionadas como décadas perdidas para nosso país, especialmente a partir de determinada ótica econômica¹. Na década de 1980, a inflação ficou fora de controle, o dinheiro desvalorizava constantemente, planos de estabilização da economia fracassaram e os movimentos sociais mantiveram postura firme de protesto, reivindicação e conquista. Apesar das crises financeiras internacionais (México, Rússia e Ásia), uma relativa estabilização econômica veio a se efetivar principalmente na metade da década de 1990 com a implantação do Plano Real, criando nova dinâmica na economia brasileira, a partir da redução da inflação e melhorando a possibilidade de consumo da população. Evidentemente, isso não trouxe, num passe de mágica, justiça social e nem melhoria na qualidade de vida a toda nação.

Naquelas décadas, pelo menos outros dois acontecimentos foram marcantes no Brasil, cujo impacto tem perpassado até os tempos atuais. De um lado, a aprovação da nova Constituição no ano de 1988 trouxe a possibilidade de acesso a uma grande gama de direitos sociais aos cidadãos e cidadãs brasileiros. De outro lado, após longos anos de ditadura militar, a realização de eleições diretas em 1989 para a escolha do Presidente da República devolveu ao povo brasileiro o pleno direito de escolha de seus governantes. É claro que não menos importante foi a mobilização em todo país para que, em 1992, fosse impetrado o *impeachment* ao Presidente da República, que havia assumido suas funções há pouco tempo, em 1990. O povo brasileiro passou a vivenciar uma série de direitos individuais, sociais e políticos, pelos quais lutara há vários anos.

Ainda sob outro aspecto, as décadas de 1980 e 1990 são um período de consolidação de um processo de intensa mobilidade demográfica no país que já vinha ocorrendo desde o final da década de 1960, sendo seu auge de 1970 até meados de 1980. Nesse período, houve grandes deslocamentos populacionais no território brasileiro, embora, é claro, esse não tenha sido o único período em que deslocamentos populacionais ocorreram. De acordo com Martins, nos anos de 1970, cerca de 20% da população brasileira mudou de município, 4,6% mudou de região e 7,16% mudaram de Estado. E, se na década de 1940, o norte do Paraná passou a ser ocupado, nas seguintes duas décadas ocorreu a migração para Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal, e, na década de 1970, a ocupação dos Estados de Rondônia e parte do Amazonas se efetivou².

¹ LAZZARESCHI, Noêmia. *Sociologia do Trabalho*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. p. 51.

² MARTINS, Rafael Lacerda. *Geografia Humana e Econômica*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007. p. 96.

Inserido nesse contexto social, econômico e político brasileiro, a partir da década de 1970, especialmente o Estado de Rondônia recebe um contingente populacional extraordinário sob o ponto de vista estatístico. Vejamos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³:

Ano	População		População				Densidade Demográfica
	Total	%	Urbana	%	Rural	%	
1950	36.935	100	13.816	37,4	23.119	62,6	0,15
1960	69.792	100	30.186	43,2	39.606	56,8	0,29
1970	111.064	100	59.564	53,6	51.500	46,4	0,46
1980	491.069	100	228.168	46,4	262.901	53,6	2,02
1991	1.132.692	100	658.172	58,2	474.520	41,8	4,75
2000	1.379.787	100	884.523	64,1	495.264	35,9	5,80

Quer dizer, no caso de Rondônia, nas três últimas décadas do milênio passado a população aumentou numa proporção acima de dez vezes. O impacto desse aumento populacional teve reflexos profundos tanto na realidade pré-existente como na vida dos próprios migrantes.

1.1 Um desafio

Ao longo da história, os movimentos migratórios encontram diferentes causas determinantes. De acordo com Singer⁴, uma causa da migração pode ser relacionada com determinantes naturais, como a alteração do clima ou esgotamento do solo cultivável, levando pessoas e povos a buscarem novos locais de sobrevivência. Outra causa apontada é a político-militar, principalmente na ocorrência de conflitos e guerras internas ou externas a povos e nações. E, como um terceiro propulsor de movimentos migratórios é o que se constata nos últimos séculos da história da humanidade: o processo de industrialização.

No Brasil, o processo de industrialização trouxe consigo o deslocamento de contingentes populacionais para áreas urbanas, mas também de uma área rural para outra. Pode-se dizer que a reestruturação econômica, tendo a industrialização como motor, foi a principal razão dos deslocamentos populacionais no Brasil no último século em direção a novas fronteiras como a região centro-oeste e norte, como também do nordeste ao sudeste do país. A reestruturação da própria industrialização a partir da descoberta de novas técnicas e

³ OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. *Geografia de Rondônia: Espaço & Produção*. 2ª ed. Porto Velho: Dinâmica Editora, 2003. p. 77. O autor cita dados oficiais organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluindo dados do Censo do ano 2000.

⁴ SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

tecnologias costuma ter impactos semelhantes. Ou seja, os processos econômicos brasileiros, historicamente, têm sido a principal motriz para deslocamentos populacionais.

Em nosso país, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, com a introdução de um novo processo econômico, verifica-se a intensa migração de uma área rural para outra. De certa maneira, com a expansão da agricultura mecanizada, pequenas propriedades foram incorporadas a áreas maiores e os cultivadores de pequenas áreas, empobrecidos, precisaram se deslocar a outras regiões. Mato Grosso, Pará, Rondônia e Amazonas foram os Estados que mais absorveram pequenos proprietários de terra, embora também tenham vindo a abrigar grandes fazendeiros e latifundiários, ávidos em expandir seu capital, nem sempre produtivo.

De outra parte, num processo migratório, como o ocorrido em Rondônia, sempre há um bom percentual de pessoas e famílias que consegue se estabelecer bem e desenvolver boas condições de vida, a partir de um novo trabalho e de novas oportunidades. Geralmente, esse é o caso de quem já tem um ramo profissional definido e que no novo ambiente consegue fácil inserção. Porém, nem sempre é assim e nem para todos os migrantes as possibilidades e oportunidades se apresentam do mesmo modo. Em verdade, para a maioria dos migrantes, sem uma formação e capacitação específica para algum ofício, a inserção no mercado de trabalho no novo local é difícil. Igualmente, foi muito difícil para os pequenos proprietários que buscavam novas terras para o cultivo em meio a matas densas na Amazônia, num meio ambiente desconhecido.

Processos migratórios como esse, apesar de envolverem uma gama complexa de fatores, como toda conjuntura político-econômica em andamento no país, sob condicionamento da conjuntura internacional, muitas vezes, são motivados localmente a partir de uma realidade precária, marcada por pobreza econômica e dificuldades de sobrevivência em seu local de origem. Ao mesmo tempo, o local que recebe os migrantes é pintado com cores animadoras, como a grande possibilidade de melhora nas condições de vida. Não raro, para muitos, a mudança para um novo destino vem revestido de um grande sonho, enfim, de uma idealização exacerbada de um lugar desconhecido.

Entretanto, o local que acolhe os migrantes raramente possui a estrutura necessária para incorporar novas demandas que surgem, seja em termos de habitação, saúde, transporte, educação e, em muitos casos, de trabalho e emprego. Com isso, acaba se caracterizando apenas a transferência da dificuldade de sobrevivência de uma parte a outra no país. Agravantes como a impossibilidade financeira do retorno ao local de origem, a frustração do grande sonho de melhorar as condições de vida e até a dificuldade psicológica de redesenhar outro futuro precarizam ainda mais tal situação. É o resultado doloroso das profundas

desigualdades sociais reinantes no país, revelando a incapacidade governamental de solucioná-la. Para quem vivencia essa realidade de forma “nua e crua”, é tomado por certa sensação de desilusão.

Isso é, pois, parte do pano de fundo das décadas de 1980 e 1990, tempo em que, em contraposição a essa realidade, surgiu uma infinidade de iniciativas com outro sonho, o de transformar essa realidade social, tanto em termos econômicos como políticos. São iniciativas que nascem a partir da realidade vivencial da maior parte da população. Para distintos grupos cristãos, a realidade de pobreza e miséria advinda do processo histórico em andamento se tornou o confronto desafiador da fé. Embora também fossem migrantes envolvidos pelo mesmo contexto e situação, muitos conseguiam, a partir da fé cristã, alimentar uma utopia, a da possibilidade da criação de consciência política para que as pessoas assumissem sua cidadania, ou seja, a luta por seu direito de acesso a bens sociais, como educação, moradia, saúde, emprego e salários condignos. Assim, em termos amplos, a partir dessa utopia, importantes conquistas foram alcançadas, sendo resultado disso a nova Constituição do Brasil e eleições diretas para a escolha de governantes em todos os níveis. Grupos cristãos exerceram importante papel nesse processo.

Em termos locais, e em diferentes partes do país, entidades foram se estruturando para “fazer a diferença e provocar mudanças”, levando as pessoas a perceberem seus direitos de cidadania ou ao menos verem perspectivas novas e diferentes para suas vidas. Motivada a partir da fé cristã, a Oficina Criativa, em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, em 1990, constitui-se numa dessas entidades, sem mesmo imaginar de imediato que estaria se tornando de fato numa “oficina criativa” na vida de pessoas e famílias no bairro em que veio a se inserir. Esse bairro é um reflexo claro do processo migratório corrente, fruto da industrialização e urbanização em voga. Ali, a Oficina Criativa se tornou uma das incontáveis iniciativas ocorridas ao longo de todo país com uma utopia, motivada a partir do desafio da fé religiosa, provocado pela pregação de Jesus de Nazaré e a leitura bíblica correspondente. Vejamos o que registra um Livro de Atas:

Iniciou-se em junho deste ano um trabalho com crianças na “Oficina Criativa” no bairro JK III. O trabalho visa dar uma chance a crianças a descobrir e desenvolver a própria criatividade, muitas vezes escondida e esquecida. É um trabalho missionário que além das atividades práticas leva as crianças a refletirem sua vida a luz do evangelho⁵.

⁵ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 03*. Ata da Assembléia Geral – 09/12/1990. p. 5-8.

Nessa citação, temos o registro do início de um projeto inserido no contexto sócio-histórico da época. Não se imaginava a instituição que anos mais tarde viria a ser composta, nem a abrangência ou o impacto das ações. O desejo de agir foi mais forte que a visão racionalizada de um planejamento estratégico maior e anterior a essa iniciativa. Prevaleceu a necessidade de “fazer algo” diante da realidade. A motivação religiosa existente foi nessa intencionalidade. Essa ação iniciou no seio de uma Comunidade da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, na cidade de Porto Velho, em Rondônia.

1.2 Uma pequena comunidade com grandes ideais

A Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Porto Velho/RO é fruto do processo migratório ocorrido ao longo da década de 1980 e 1990. É comunidade de migrantes imbuída de sonhos num novo lugar de vida. É gente em busca de identidade e reconhecimento em meio ao desconhecido em que foram se estabelecendo, sendo o fator religioso importante elemento na nova vivência. A comunidade religiosa veio a ser ponto de identificação e mútuo reconhecimento para quem veio dos mais distintos lugares do país. Assim, a 27 de setembro de 1987 ocorreu a fundação dessa Comunidade⁶, com a aprovação de seus estatutos e a eleição de sua primeira diretoria.

Pode-se dizer que, de um lado, o surgimento dessa Comunidade em Porto Velho está configurado no contexto de migração da época. De outra parte, seu surgimento se insere na política eclesial da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) de acompanhar seus membros no processo migratório. Essa foi uma ação da IECLB ao longo das décadas de 1970 e 1980, a partir de decisão oficial em outubro de 1972. Esse “acompanhamento” estabeleceu a Igreja em Rondônia a partir de julho de 1972 com o envio de um primeiro pastor ao Estado e a fundação da primeira Paróquia em Pimenta Bueno⁷. Dada a intensidade da migração, surgiram novas paróquias em Cacoal, Colorado do Oeste, Ariquemes, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Alta Floresta do Oeste⁸. Em Porto Velho, pois, em 1987, fundou-se uma Comunidade, com *status* de Paróquia, tendo um pastorado próprio, a partir do ano de 1989⁹.

⁶ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 01*. Ata da Primeira Assembléia – 27/09/1987. p. 1-2.

⁷ LINK, Rogério Sávio. *Luteranos em Rondônia: O Processo Migratório e o Acompanhamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1967-1987)*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2004. p. 78.

⁸ LINK, 2004, p. 82-86.

⁹ DIRETORIA DA COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 01*. Ata da Reunião da Diretoria – 20/05/1989. p. 1-2.

Uma das características da membresia da IECLB em seu estabelecimento em Rondônia foi a busca por trabalho em áreas com potencial agrícola. Esses são migrantes de vocação rural, na maior parte, empobrecidos ou no caminho do empobrecimento, em sua região de origem. A política governamental brasileira à época era favorável à ocupação de novas fronteiras agrícolas, especialmente na Amazônia. Assim, em Rondônia, a IECLB se tornou forte em áreas rurais, cujas terras, dado seu baixo custo de aquisição, estavam acessíveis aos lavradores com poucos recursos financeiros. À época, não se imaginava a amplitude do impacto que essa política desenvolvimentista governamental viria a causar em termos sócio-econômicos ou ambientais.

Em contextos urbanos, em princípio, as comunidades da IECLB em Rondônia sempre foram menores. No caso de Porto Velho, a Comunidade se tornou menor, uma vez, em razão do contexto urbano, mas também por não ser uma região para o estabelecimento de agricultura de pequena escala, dada a baixa qualidade do solo. Ou seja, desde logo, essa Comunidade foi um pequeno núcleo de pessoas, cerca de trinta, embora se localizasse na maior cidade e capital de Rondônia com aproximadamente 300 mil habitantes à época. No decorrer dos anos, a Comunidade veio a aumentar em número de integrantes, porém nunca ultrapassando em muito a cem pessoas.

A instalação de um pastorado em 1989, de certa maneira, consolida a disposição da Igreja, enquanto instituição, em se estabelecer em Porto Velho, apesar de não haver um local claramente escolhido para a edificação de uma sede. As atividades eclesiais ocorriam em casas das famílias luteranas que ali iam se estabelecendo. Quando da apresentação de seu primeiro Pastor, Gerd Peter, são anotadas algumas características da Comunidade: “A comunidade constitui-se de pessoas individuais bem diferentes. Ela é uma comunidade aberta. [...] a tarefa do pastor não pode ser só o acompanhamento da comunidade existente mas também a missão”¹⁰. Desde logo, aponta-se para a heterogeneidade constitutiva da Comunidade, como também para a necessidade de se ir além da comunidade em formação, a partir das pessoas de confissão luterana.

Sendo poucas famílias e pessoas, a sustentação financeira da Comunidade foi provida através de “projetos missionários” pela Igreja nacional, com recursos vindos de parcerias internacionais, a exemplo de várias outras iniciativas semelhantes à época, em outros locais do país. Dessa maneira, foi sendo possível a constituição de uma estrutura básica para os trabalhos eclesiais. Contudo, em assembléia geral, em dezembro de 1990, apesar de

¹⁰ DIRETORIA DA COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO, 20/05/1989, p. 1-2.

pontos positivos como a inauguração da casa pastoral e do centro comunitário, além da aquisição de um veículo, a constatação é que a comunidade “não cresceu, pelo contrário, diminuiu”¹¹, fruto da re-migração ou retorno a seu local de origem de algumas pessoas que ainda conseguiram fazê-lo. Isso evidencia que o novo local de vida não conseguiu suprir as expectativas de migrantes, levando-os ao retorno ou a outros lugares.

Entretanto, a disposição e motivação missionária do núcleo comunitário existente eram grandes, influenciadas pelo espírito da Teologia da Libertação como forma de compreensão e afirmação do ser cristão na realidade e no mundo. Com lucidez, compreendendo a macro-conjuntura que os envolvia, fazia-se a análise da conjuntura social brasileira e local, observando que, com o fracasso da agricultura e do garimpo, a cidade de Porto Velho “parece estar se enchendo de pessoas que estão procurando moradia e serviços sem que haja emprego para todos”¹². Observa-se um bom grau de consciência acerca da situação envolvente à Comunidade, apesar de ser apenas um pequeno grupo disperso em meio a um contingente de pessoas em situação social muito precária.

E, nesse sentido, em questão de precariedade e miserabilidade, a cidade de Porto Velho é marcada desde longa data. Isso é possível verificar no estudo acerca de seu surgimento e crescimento no começo do século XX, sendo que a cada novo ciclo econômico, paradoxalmente, o grau de miserabilidade inflaciona. Sua infraestrutura sempre tem se revelado precária diante do afluxo de migrantes.

1.3 Porto Velho de novos ancoradouros

A história da capital do Estado de Rondônia é muito anterior ao processo migratório dos anos 1960, 1970 e 1980. Na origem da cidade de Porto Velho está um grande projeto que não deu certo, somado a outros que igualmente fracassaram.

A ocupação colonialista do território do Estado de Rondônia é antiga. Até onde a história local tem sido registrada, sabe-se que o processo de conquista da Amazônia remonta aos séculos XVI e XVII¹³. Já naquele período diversos exploradores percorreram rios da Amazônia. A busca por riquezas minerais, vegetais e a consolidação de uma base mercantilista favorável às metrópoles européias foram fatores de motivação para a conquista e

¹¹ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO, 09/12/1990, p. 5-8.

¹² COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO, 09/12/1990, p. 5-8.

¹³ TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História Regional (Rondônia)*. 3ª ed. Porto Velho: Rondoniana, 2002. p. 30.

exploração da região amazônica naquela época. Nessas incursões, sempre se ignorou o valor e as necessidades da população indígena ali residente há milhares de anos.

Numa região de mata densa, o meio de locomoção mais viável era o fluvial. Assim, através de expedições por rios, o sertão ocidental do Brasil, onde Rondônia se situa, foi sendo conquistado¹⁴. Em 1647, Antônio Raposo Tavares partiu de São Paulo, atravessando o Mato Grosso, atinge os Rios Guaporé, Madeira e Amazonas. Esse fato situa-se no século XVII e marca o início da exploração e ocupação territorial dos vales Guaporé e do Madeira¹⁵ – territórios do atual Estado de Rondônia. Esse processo está inserido no ciclo conhecido como bandeirismo, que se caracterizou pela busca de imaginárias riquezas em terras distantes e desconhecidas.

No século XIX, o processo de colonização, baseado na mineração, entrou em decadência nas minas do Guaporé, região oeste da Amazônia. Concomitante a esse fato, surgiu a demanda por borracha nos centros industriais europeus e norte-americanos¹⁶. A Amazônia tinha condições de ser um grande fornecedor, uma vez que havia árvores na floresta nativa capazes de fornecer essa matéria-prima em abundância. Com isso, houve forte demanda por mão-de-obra para a coleta da seringa, produto natural da seringueira. Indígenas que iam sendo combatidos em áreas exploradas eram também escravizados em seringais. A eles foram acrescentados migrantes nordestinos, que passavam pela pior seca do século nos anos de 1879 e 1880¹⁷.

Assim como a mineração, também o ciclo da borracha acabou entrando em crise e decadência. Rondônia passou por novo período de estagnação econômica. Já durante a segunda Guerra Mundial, houve novo alento à economia regional, através de nova demanda por borracha em escala internacional. Novamente milhares de nordestinos foram atraídos e trazidos para a Amazônia. Eram chamados de "soldados da borracha". Porém, após a Guerra, nova fase de estagnação se abateu com o fim da exploração de seringais.

O surgimento e desaparecimento de vilarejos, povoados e pequenas cidades nesses períodos está ligado aos processos históricos em curso. De um lado, localizavam-se à beira de rios, dado o transporte ser predominantemente fluvial, e, de outro, dependeram da ascendência e decadência dos diferentes ciclos econômicos. Cada ciclo sempre foi deixando uma boa parcela de pessoas pauperizadas, sem perspectivas de melhora em sua vida.

¹⁴ PINTO, Emanuel Pontes. *Rondônia – Evolução Histórica*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1993. p. 1.

¹⁵ TEIXEIRA; FONSECA, 2002, p. 31.

¹⁶ TEIXEIRA; FONSECA, 2002, p. 97.

¹⁷ TEIXEIRA; FONSECA, 2002, p. 125.

A cidade de Porto Velho tem seu surgimento localizado no ano de 1907. Naquele ano, ocorre nova iniciativa para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ferrovia que deveria servir no transporte da borracha, até então transportada via fluvial pelos rios Mamoré e Madeira. A idéia foi transportar a borracha vinda de seringais próximos da Bolívia e do Acre até Porto Velho, através da ferrovia para dali em diante ser exportada, via fluvial. Em sua concepção original, Porto Velho haveria de ser uma cidade diferente dos povoados existentes:

Porto Velho era anunciada como uma cidade moderna, planejada, a partir do pátio da ferrovia, [em] seu núcleo inicial, observava-se a divisão funcional do espaço: o local do recreio, os locais de moradia (hierarquicamente divididos) e de trabalho (oficinas e escritórios)¹⁸.

A nova cidade deveria ser bem diferente de povoados próximos como Santo Antônio, tido como extremamente insalubre, e localizado num ponto encachoeirado do Rio Madeira, distante a sete quilômetros do novo local. Entretanto, em pouco tempo, por volta de 1915, quase toda a população de Santo Antônio já havia se transferido para Porto Velho, transformando a nova cidade num certo caos pela deficiente infraestrutura¹⁹. Nesse intermédio, a ferrovia havia entrado em operação em 1912, mas, ao mesmo tempo, a cotação da borracha entrou em crise, conduzindo a ferrovia à situação falimentar²⁰. Concomitantemente, ainda, à construção da ferrovia Madeira-Mamoré, houve a extensão de uma linha telegráfica de Cuiabá em direção ao Amazonas e Acre, passando por Porto Velho, trabalho coordenado pelo Marechal Cândido Mariano Rondon²¹.

Cada novo intento de desenvolvimento e exploração dessa região trazia consigo novos trabalhadores, migrantes e moradores, muitos deles acabando vitimados por doenças como malária, febre amarela ou mesmo pela falta de alimentos. Não foi muito diferente a partir da década de 1950, com a descoberta de minas de cassiterita, diamante e ouro nos rios Machado e Madeira – fatores que também desempenharam importante função na ocupação populacional da cidade de Porto Velho. Quer dizer, além dos povos indígenas residentes, foi sendo formado em Rondônia um grande contingente de trabalhadores empobrecidos e iludidos com a possibilidade de melhoria de vida. Isso foi um processo vivenciado desde o século XIX, perpassando todo o século XX.

¹⁸ FONSECA, Dante Ribeiro da. *Estudos de História da Amazônia*. Porto Velho: Gráfica e Editora Maia, 2007. p. 92.

¹⁹ FONSECA, 2007, p. 116.

²⁰ FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 1987. p. 290 e p. 336.

²¹ TEIXEIRA; FONSECA, 2002, p. 147.

Entretanto, decisiva foi a construção da rodovia BR 364, a partir da década de 1960, ligando o centro-sul do país ao norte (Cuiabá a Porto Velho), cuja pavimentação foi concluída em 1984²², consolidando o processo histórico em andamento e iniciando um novo ciclo econômico no Estado baseado na exploração de madeira nativa, agricultura e pecuária. Essa rodovia seguiu o traçado anteriormente elaborado com a instalação de uma linha telegráfica. Por meio dessa rodovia foi facilitado o acesso a Rondônia via terrestre, o que influenciou decisivamente a ocupação das terras por migrantes também na região do Acre e sul do Amazonas, sendo que a política governamental era favorável a esse processo, incentivando a migração para esses locais.

Rondônia somente veio a se tornar um Estado brasileiro no ano de 1981, tendo a cidade de Porto Velho como capital. Em 1943, havia sido criado o Território Federal do Guaporé, compondo-se de partes desmembradas dos Estados do Amazonas e Mato Grosso. Em 1956, o nome foi alterado para Território Federal de Rondônia, como forma de homenagear Cândido Mariano da Silva Rondon, coordenador da construção da linha telegráfica do Mato Grosso ao Amazonas²³.

É em meio a esse contexto e pano de fundo histórico que nasceu a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Porto Velho, que, por sua vez, gerou a Oficina Criativa, posteriormente reconfigurada em Instituição Beneficente Oficina Criativa.

1.4 Um pingo de água sobre uma rocha quente?

Quando o projeto “Oficina Criativa” inicia, a conjuntura social brasileira era de crise econômica e política. Porto Velho era uma cidade com cerca de 300 mil habitantes, e absoluta falta de infraestrutura urbana (e rural). O surgimento da Oficina Criativa no seio de uma comunidade cristã tornou-se um importante referencial e diferencial à época. A própria Igreja em nível nacional e em Rondônia, a partir da chamada “leitura contextual da Bíblia”, vinha se empenhando em movimentos sociais e projetos específicos, buscando não apenas o atendimento espiritual das pessoas ou a melhora da qualidade de vida, mas a transformação da própria realidade. Comunidades cristãs ainda persistiam com sonhos, ideais e projetos. Nessa perspectiva, a própria Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Porto Velho tem a iniciativa de propor a ação sócio-diaconal, Oficina Criativa.

²² TEIXEIRA; FONSECA, 2002, p. 170.

²³ PINTO, 1993, p. 113. TEIXEIRA; FONSECA, 2002, p. 164: o homenageado teria declinado dessa honraria.

1.4.1 O começo de um Projeto

A Oficina Criativa inicia suas atividades de uma maneira modesta, em local improvisado, em junho de 1990, visando “dar uma chance a crianças a descobrir e desenvolver a criatividade, muitas vezes escondida e esquecida”. Já em fevereiro daquele ano em reunião da Diretoria da Comunidade esse assunto é dialogado, sendo que os membros da Comunidade são desafiados a “se interessarem e engajarem nesta ação missionária das mais diversas maneiras”²⁴. O desafio é ir ao encontro das pessoas empobrecidas, testemunhando-lhes o amor de Deus de forma integral, por meio da solidariedade e com iniciativas concretas para o desenvolvimento da criatividade.

A localização do Projeto é num bairro periférico da cidade de Porto Velho, chamado JK III, surgido cerca de um ano antes a partir de uma ocupação popular²⁵. Dentre os bairros da capital, esse era o bairro em que as dificuldades de toda ordem eram as mais prementes. Quando inicia suas atividades, a Oficina Criativa passou a funcionar num pequeno barraco em que a energia elétrica sequer estava instalada. Aos poucos, o espaço físico foi sendo ampliado e equipamentos e ferramentas novos adquiridos.

A ação específica desenvolvida, tendo em vista sua razão de ser, foi a realização de cursos de artesanato com entalhes em madeira, havendo muito boa aceitação pela população local²⁶. A idéia foi proporcionar uma alternativa econômica, incentivando iniciativas próprias e a autonomia das pessoas abrangidas. O projeto dirigia-se aos jovens de doze a dezesseis anos e visava²⁷: a) oferecer “um lugar para onde ir e onde, além de passar o tempo, tivesse a chance de aprender algo útil”; b) descobrir dons e habilidades encobertos, desenvolvendo a auto-estima; c) proporcionar experiências de convivência, exercício de democracia, de “respeito pela individualidade de cada participante, a co-responsabilidade e a valorização de cada jovem”; d) oportunizar a continuidade no ramo a quem revelasse sua habilidade como artesão; e) embora não como condição, além da formação prática, proporcionar formação espiritual e intelectual. As famílias dos jovens também seriam envolvidas através de reuniões e formação específica. Apesar da precariedade do contexto e do imprevisto nas condições

²⁴ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO, 09/12/1990, p. 5-8.

²⁵ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. *Projeto Oficina Criativa*. Porto Velho, 01 mai. 1994, p. 1. Arquivo da Comunidade. Esse foi o primeiro Projeto encaminhado ao Serviço de Projetos de Desenvolvimento da IECLB – existente à época –, sendo muito rico em detalhes acerca das intencionalidades envolvidas desde a proposição inicial da Oficina Criativa em 1990.

²⁶ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 04*. Ata da Assembléia Geral – 01/12/1991. p. 9-11.

²⁷ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. *Projeto Oficina Criativa*. Porto Velho, 01 mai. 1994, p. 4. Arquivo da Comunidade.

oferecidas pelo projeto, havia a motivação e o desejo por mudança e transformação de toda realidade local.

1.4.2 Um primeiro redimensionamento

Embora ainda não houvesse uma designação exata, sendo também chamada de “Escola Criativa”, em abril de 1992, a Comunidade, em assembléia, decide criar em seu corpo o “Departamento ‘Oficina Criativa’”, dotado de uma organização própria²⁸. Apesar da administração da Oficina Criativa continuar sendo dirigida pela Diretoria da Comunidade, buscava-se separar o que se referia estritamente à comunidade religiosa e à ação sócio-diaconal desenvolvida. A manutenção da Oficina Criativa seria dada a partir de convênios, doações e recursos provenientes da comercialização dos objetos produzidos. No ano de 1993, registra-se um “convênio com a Prefeitura do Município de Porto Velho, visando auxílio para a manutenção da Oficina Criativa”²⁹. Isso aponta para o reconhecimento que o poder público passava a ter em relação a esse projeto a ponto de se estabelecer uma cooperação.

A essa época, começam a surgir planos de estabelecer a sede da Comunidade ao lado da Oficina Criativa, o que, de fato, se concretizou. A Comunidade viera a possuir um centro comunitário em outro bairro de Porto Velho, em que vinham sendo desenvolvidas atividades como cultos dominicais e catequese. Entretanto, havia descontentamento com sua localização. A partir disso, foi decidido pela venda e aquisição de terreno anexo ao local de funcionamento da Oficina Criativa, sendo ali edificadas novas dependências para as atividades comunitárias.

Numericamente pequena e economicamente fraca, a Comunidade não tinha condições financeiras próprias para a sustentação de sua missão, nem a interna quanto menos a ação sócio-diaconal. Já no ano de 1990, há a doação de algum recurso financeiro à Oficina Criativa, oriundo de uma comunidade religiosa da Alemanha, da cidade de Lerbeck, de onde o Pastor Gerd Peter havia vindo. Tais ofertas e doações se repetiram esporadicamente, porém não havendo uma sistemática e previsibilidade clara. A Comunidade enfrentava dificuldades em sua sustentação financeira para realizar os atendimentos religiosos, inclusive, em localidades distantes na rodovia transamazônica, onde migrantes ainda estavam se estabelecendo. Essa dificuldade financeira levou seu Pastor a atuar parcialmente nas atividades comunitárias, a partir de 1995. Por outro lado, dada sua relevância social, a Oficina

²⁸ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 05*. Ata da Assembléia Geral Extraordinária – 05/04/1992. p. 12-12.

²⁹ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 08*. Ata da Assembléia Geral – 05/12/1993. p. 19-21.

Criativa passava cada vez mais a ser uma das principais razões de existência dessa Comunidade.

Sendo a intenção dar mais consistência à ação sócio-diaconal em andamento, em maio de 1994, é encaminhado o “Projeto Oficina Criativa” ao Serviço de Projetos de Desenvolvimento, setor de trabalho ligado ao Departamento de Diaconia e à Secretaria Geral da IECLB. É um documento com ampla descrição de sua auto-compreensão enquanto Igreja inserida em seu contexto e configuração social. A solicitação é por recursos financeiros para manter e ampliar a ação social, motivada pela fé das pessoas componentes da pequena Comunidade. Em setembro do mesmo ano, vem a resposta incentivando “a rever o projeto”³⁰. Um dos questionamentos levantados era quanto ao objetivo principal que parecia ser mais “dar ocupação e não formação para os/as jovens”. Embora as considerações fossem para propor positivamente alguns questionamentos ao Projeto, a repercussão local e imediata não foi percebida dessa maneira. No entanto, houve rediscussão interna do Projeto e um reencaminhamento em agosto de 1995, sendo o mesmo executado a partir de 1996 até 1998.

1.4.3 Início de atividades com crianças

Ressalta-se que, em janeiro de 1994, havia começado um trabalho de acompanhamento a crianças da primeira série do ensino regular, ministrando-lhes aulas de reforço escolar. Isso é resultado da observação e análise do contexto em que a Oficina Criativa atuava e a percepção de adequações necessárias. Ou seja, viu-se a necessidade de intervir em uma nova área, diante do quadro social envolvente, considerando mudanças que ocorriam na conjuntura local e nacional.

Dilemas foram surgindo. De um lado, a Oficina Criativa havia se tornado importante referência no Bairro e era reconhecida publicamente, tanto pela sociedade local como pelo poder público. Por outro lado, havia a dificuldade financeira da Comunidade para manter a prestação do serviço religioso a si próprio e a sustentabilidade financeira de sua ação sócio-diaconal. Havia também a dificuldade de venda das peças produzidas, além da difícil inserção no mercado de trabalho dos jovens formados³¹. A possibilidade de maior envolvimento de pessoas voluntárias à Oficina Criativa tinha suas limitações pelas atividades particulares e

³⁰ FARIA, Rudelmar B. de. *Carta à Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Porto Velho*. Porto Alegre, 29 set. 1994. Arquivo da Comunidade. p. 1-2.

³¹ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 12*. Assembléia Geral Ordinária – 16/03/1997. p. 27-29.

profissionais de cada qual e pela necessidade de conhecimento específico que as atividades exigiam em sua execução.

Em 1997, há a constatação de que as aulas de reforço escolar estão sendo um sucesso, enquanto que a área da marcenaria entrava numa crise cada vez maior³². Isso leva a projetar o início de atividades de pré-escola em 1998, uma vez que a maior parte das crianças do reforço escolar não havia tido essa oportunidade pela inexistência dessa oferta no Bairro.

1.4.4 Formato jurídico próprio

Um novo formato jurídico foi sendo necessário e gestado para a Oficina Criativa, sendo que a 12 de dezembro de 1998 foi criada a Instituição Beneficente Oficina Criativa (IBOC), seus Estatutos aprovados e uma diretoria própria eleita³³. Em seus Estatutos, sua finalidade é assim definida³⁴:

- I – desenvolver a prática da diaconia;
- II – prestar assistência social, educacional, religiosa e profissional a crianças e adolescentes em situação de risco social e/ou pessoal, em regime de apoio sócio-educativo em meio aberto, bem como assistência às suas famílias;
- III – buscar vias para garantir os direitos fundamentais e humanos de grupos e pessoas marginalizadas na sociedade;
- IV – supervisionar e manter as unidades de prestação de serviço, que serão tantas quantas se fizerem necessárias.

Com isso, inicia-se uma nova fase para o que vinha sendo chamado Oficina Criativa.

A estruturação da IBOC numa entidade jurídica própria tem como uma de suas motivações facilitar o acesso a convênios, especialmente com órgãos governamentais. Mas constitui também uma mudança no foco de ação: o desenvolvimento de atividades na área de educação infantil dentro do sistema formal de ensino. Nesse sentido, foi buscada a autorização do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho, com o encaminhamento de toda documentação necessária para a legalização da instituição. E, no ano de 2000, sem êxito, é encaminhado um Projeto com pedido de auxílio financeiro à Fundação Luterana de Diaconia – sucessora do já mencionado Serviço de Projetos de Desenvolvimento³⁵. Ocorre que os

³² DIRETORIA DA COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 50*. Ata da 9ª Reunião da Diretoria Gestão96/98 – 10/08/1997. p. 41-43.

³³ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 15*. Assembléia Geral Extraordinária – 12/12/1998. p. 33-34.

³⁴ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. *Estatutos da Instituição Beneficente Oficina Criativa*. Porto Velho, 17 fev. 1999. Arquivo da Comunidade. p. 1.

³⁵ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 18*. Ata da Assembléia Geral Ordinária – 04/03/2001. p. 38-42.

apoios oferecidos por essa Fundação não eram direcionados para iniciativas na área da educação formal – mesmo que ocorressem no âmbito de populações empobrecidas.

As dificuldades financeiras levaram à paralisação das atividades da marcenaria e ocasionaram diversas trocas no quadro funcional. No começo de 2001, é decidida a desativação da marcenaria e a venda das máquinas existentes, investindo-se os recursos financeiros na reforma do prédio e adequação para melhor funcionamento da Escola de Educação Infantil. Quer dizer, a IBOC precisou descobrir novas formas de cumprir seu propósito original, diante da mudança da conjuntura social que ia ocorrendo.

1.4.5 Reformulação do formato jurídico

Em novembro de 2001 ocorre uma reforma nos Estatutos da IBOC, alterando sua finalidade. A redação passa a ser a seguinte³⁶:

- I – Desenvolver a assistência social, capacitação e educação para a comunidade em geral;
- II – Emitir certificados para cursos de profissionalização e diplomas para educação infantil, conforme a legislação brasileira vigente;
- III – Buscar vias para garantir os direitos fundamentais e humanos de grupos e pessoas marginalizadas na sociedade;
- IV – Buscar acordos, convênios, contratos, programas e projetos com outras instituições de direito público e privado, nacionais e internacionais, para obter recursos para implementar e desenvolver suas atividades.

No formato adquirido, a IBOC adequou o sonho e a utopia existentes em sua origem a uma estrutura exigida pelo próprio contexto sócio-histórico que ia mudando no Bairro, no Município, no Estado e no próprio país. Embora as dificuldades em sua sustentabilidade financeira se mantivessem constantes, o reconhecimento da importância da IBOC pela comunidade do Bairro facilitou a consecução de convênios e parcerias com o poder público, com a cedência de funcionárias e materiais de consumo, bem como com empresas privadas com doações diversas – o que se mantém até 2009. Ou seja, as mudanças na formatação do projeto inicial fomentaram novos meios de sustentabilidade a partir do apoio do poder público e privado, diante da legitimidade e da visibilidade que a IBOC adquirira.

Diversas outras ações e atividades foram sendo executadas concomitantemente ao funcionamento da educação infantil: cursos de reciclagem de papel e de pintura em tecido e

³⁶ COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. *Estatutos da Instituição Beneficente Oficina Criativa*. Porto Velho, 22 nov. 2001. p. 1. Arquivo da Comunidade. Em 16 de março de 2005, é feita outra alteração estatutária, eliminando o inciso IV das finalidades (supra-citado).

intermediação dos programas governamentais como Bolsa Escola. Nos anos 2004 e 2005, o Serviço Social do Comércio de Rondônia concedeu à IBOC o diploma de Mérito Comunitário por sua ação no combate à fome e ao desperdício de alimentos. Apesar das dificuldades financeiras, técnicas e de recursos humanos disponíveis para o gerenciamento e execução das atividades propostas, o reconhecimento e consideração pública positiva da IBOC serviram de injeção de ânimo às lideranças locais. Isso tem sido importante para manutenção do ideal envolto nas atividades da IBOC.

Ao longo de sua gênese e desenvolvimento, a Oficina Criativa e IBOC têm feito jus ao seu nome. Como projeto de intervenção social, a criatividade tem sido integrante essencial de sua própria reinvenção, bem como para sua sobrevivência financeira e institucional. Além disso, a criatividade tem sido fundamental para o núcleo da comunidade religiosa, persistente na manutenção de sua utopia. A criatividade tem sido mola propulsora para a IBOC manter seus ideais numa realidade em que prevalece a luta apenas pela sobrevivência cotidiana sem uma perspectiva de transformação mais ampla e profunda. A sobrevivência de micro-estruturas como a IBOC exige criatividade dentro do Bairro, da cidade, do país, enfim, em meio a relações que se tornam cada vez mais fluidas e líquidas no mundo globalizado.

2 A OFICINA CRIATIVA NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A Oficina Criativa foi gestando suas ações localmente, reagindo a conseqüências de um amplo e complexo processo histórico em andamento. Como em outras iniciativas, por mais que se pudesse fazer com clareza análises conjunturais, a amplitude e a complexidade da realidade em transformação eram de difícil apreensão. Globalmente, o que ocorria era a reestruturação da economia mundial, provocando a reorganização produtiva em diferentes países pelo mundo afora, desorganizando ritmos de vida, alterando o modo das relações acontecerem. Em si, a economia mundial passava por crise após um período de “anos dourados”, que, de certa maneira, havia iniciado nos anos de 1940 com o fim da II Guerra Mundial. Diferentes países, cada qual à sua maneira, interagiram com essa realidade, na medida e grau de sua integração ou não com a economia mundial. Mas, se alguns países haviam prosperado econômico e socialmente, outros países eram mantidos na pobreza, sendo chamados de subdesenvolvidos.

Por inimaginável que pudesse parecer para as pessoas do Bairro JK III, em Porto Velho, onde a Oficina Criativa estabeleceu suas atividades, sua realidade é parte desse grande e amplo contexto conjuntural brasileiro e internacional. Isso evidencia a interdependência que há entre determinações econômicas, políticas e sociais, com reflexo real e concreto na vida de milhares de pessoas mundo afora. Se, por um lado, era buscado o desenvolvimento econômico em nosso país, expandindo a produção industrial e gerando novos produtos e necessidades, por outro lado, esse desenvolvimento se revelava inacessível para a maior parte da população, gerando camadas sociais de extrema pauperização. Em muitas cidades brasileiras, esse processo intensificou a favelização e, conseqüentemente, problemas sociais de grande envergadura.

Para conseguir impor as determinações econômicas, no caso brasileiro, fez-se necessário instrumentalizar politicamente o Estado para reprimir militarmente o descontentamento latente na população, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. Isso, por si só, mostra a incapacidade da política econômica em proporcionar um desenvolvimento eqüitativo na sociedade, bem como a incapacidade do próprio Estado em suprir as demandas geradas pelo sistema econômico que sustentava. Em termos sociais, sem dúvida, as demandas aumentavam, na medida em que a população percebia sua inacessibilidade a bens como educação, saúde, emprego e outros. Aliado a isso, crescia a compreensão de que esses bens deveriam ser direitos fundamentais de toda sociedade.

2.1 A “grande” conjuntura

A introdução e o uso de novas tecnologias em processos produtivos, especialmente a partir dos anos de 1970, foram o motor da reconfiguração das relações de trabalho, com conseqüências na dimensão econômica, política, social, cultural e também religiosa, afetando a vida de pessoas e países. De acordo com Lazzareschi³⁷, a “introdução de novas tecnologias de base microeletrônica (tecnologias de informação), conjugada à introdução de novas técnicas gerenciais do processo de trabalho (*taylorismo, just-in-time/kanban*)” provocou a desestruturação de mercados de trabalho, aumentando o desemprego e o mercado de trabalho informal. Problemas sociais como o aumento da pobreza, da miséria e da violência igualmente prosperaram, transformando negativamente relacionamentos humanos.

Estava em gestação um novo cenário econômico mundial com a internacionalização e globalização da produção e de mercados. Essa visão com ênfase no global impôs profundas transformações em nível local, principalmente a países considerados periféricos dentro da economia mundial. No caso do Brasil, o intenso processo migratório e de urbanização se insere nesse contexto, levando um movimento de massas sociais praticamente em todas as regiões do país. A situação específica do Bairro JK, em Porto Velho, Rondônia, *locus* da Oficina Criativa, de forma nua e crua é resultado dessa reconfiguração do mundo global.

Concomitantemente, movimentos sociais de matizes variados se organizaram como forma de resistência e proposição de alternativas nesse processo. O palco do cenário da intervenção dos movimentos sociais foi principalmente a área da disputa política, via pela qual a reconfiguração da economia recebia apoio em sua implementação. A reivindicação por melhores condições de trabalho e de vida foi a intencionalidade de movimentos sociais ligados à luta por terra, emprego, moradia, educação, gênero, direito de minorias, discriminação racial, além de outros. Enfim, a busca por maior participação em decisões políticas gerais e específicas era motivo para as ações coletivas. Algumas igrejas fizeram parte de forma extremamente ativa nesse cenário, a partir da reinterpretação de sua teologia e de seu papel na sociedade.

Ocorre que a consciência política no contexto brasileiro acerca da realidade vinha aumentando no decorrer dos anos, e, até certo ponto, ao longo de todo século XX. Em países europeus, costuma-se localizar um maior desenvolvimento do pensamento político-social já ao longo do século XIX, ou antes. É quando se verifica protestos intensos contra as condições

³⁷ LAZZARESCHI, 2008, p. 11.

de trabalho e de vida provocados pelas transformações causadas com o processo de industrialização daquela época. Aquele processo de industrialização na Europa também teve como conseqüência o deslocamento de populações em escala acelerada do campo para a cidade, onde se localizavam as indústrias e os novos empregos. Na análise daquele contexto estão grandes teóricos como Friedrich Engels e Karl Marx, que motivam a reflexão das classes trabalhadoras e impulsionam protestos contra as condições insalubres de trabalho e da vida urbana em geral.

Dado o contexto histórico próprio, no Brasil, é ao longo do século XX que o processo de industrialização e urbanização se intensifica, sendo que o pensamento crítico a respeito também se eleva. No início da década de 1920, o movimento da Semana de Arte Moderna é um exemplo disso. Mais tarde, a mobilização provocada pela Intentona Comunista é outro exemplo de que o pensamento crítico brasileiro se elevava. Evidentemente, movimentos conservadores também se organizavam para manter a “moral social”, sendo o integralismo exemplo nessa direção. O começo dos anos de 1960 igualmente é marcado por grandes mobilizações populares de um lado e, de outro, as forças políticas conservadoras se movimentam, inclusive impondo um regime de governo militar.

De outra parte, o modo de produção capitalista imbuído no processo de industrialização é profundamente dinâmico, evoluindo e transformando permanentemente seu modo de existir. E, a cada nova descoberta de produto, forma de produzir ou nova demanda, são alteradas as relações que diretamente lhe dizem respeito, mas que sempre têm inter-relação com uma gama complexa de fatores dentro da sociedade maior. Assim, a consolidação ou a reconfiguração do processo de industrialização fatalmente traz consigo uma instabilidade nas relações vigentes na sociedade, rompendo com a relativa estabilidade de contextos históricos anteriores com outros modos de produção – embora outros modos de produção, sem ser o modo capitalista, já existentes na história da humanidade também tenham se reconfigurado e, inclusive, desaparecido.

Entretanto, na medida em que se aprofunda a análise e estudo do que está ocorrendo na sociedade, vai-se desnaturalizando cada vez mais esse processo. Ou seja, a indagação em relação à realidade e ordem social vigentes conduz à percepção de que os mesmos resultam da conjunção das relações vigentes na própria sociedade, geradas por ela mesma, sendo também passíveis de mudanças e transformações. Vai sendo fomentada uma nova consciência política instrumentalizando pessoas a participarem criticamente no processo histórico que vivenciam. Com isso, se reduz a influência e o poder das igrejas na manutenção da ordem social como

ordem natural, embora a importância do fenômeno religioso se mantenha³⁸ e a Igreja Católica Apostólica Romana até busque preservar sua influência através da publicação de encíclicas papais, relativas a esse processo.

No contexto da permanente transformação e reconfiguração das relações dentro das sociedades nacionais e internacionais, motivado também pelos movimentos de contestação, os sistemas de proteção social que haviam surgido foram recebendo novos formatos. Garantias de direitos individuais e sociais implementados em países mais industrializados na Europa e América do Norte não conseguiram se manter. Quer dizer, nos próprios países-motores do processo de globalização em tempos recentes, o sistema de proteção social sofreu consequências, sendo alterado na medida em que a crise econômica se aprofundava e reações se faziam necessárias. Ou seja, melhorias oferecidas à população em certo momento revelam-se insustentáveis em outro.

Em países como o Brasil, a mobilização social através de movimentos sociais diversos e da organização de entidades de defesa dos direitos sociais tem exercido um papel de resistência nesse processo e, ao mesmo tempo, tem vislumbrado a possibilidade de novas conquistas na proteção aos direitos individuais e sociais. Nas últimas décadas do século XX isso se evidenciou com intensidade. Nesses termos, a Oficina Criativa se postou como uma das formas possíveis de acesso a direitos de cidadania no contexto próprio que a envolve.

2.2 A busca pela garantia de direitos e proteção social

Como a Oficina Criativa, sem dúvida, muitas foram as iniciativas e entidades oriundas a partir de movimentos sociais com alguma ligação eclesial, surgidas ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990. A reação de movimentos sociais, instituições eclesiais e entidades variadas da sociedade civil foram fundamentais para a conquista e manutenção de direitos mínimos de cidadania, diante do quadro mais amplo da política sócio-econômica vigente. Inicialmente, tais iniciativas têm formato de um pequeno projeto de ação social que, em diversos casos, acabam na consolidação de alguma entidade específica – como o que ocorreu com a formação da IBOC. O surgimento das proposições se dá a partir de necessidades reais e vivenciais, em que se toma consciência de carências existentes, tendo presente a existência de direitos que estão sendo negados. Essa consciência da existência de direitos individuais e

³⁸ Max Weber é um dos estudiosos dessa questão naquela época, especialmente na análise da influência social do protestantismo calvinista. WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

sociais e a possibilidade de acesso a eles têm estado em escala ascendente no Brasil ao longo das últimas décadas.

Para a afirmação da existência de direitos individuais em âmbito social, há a necessidade de reconhecimento de que a realidade existente é um fenômeno social e não simplesmente uma produção da natureza ou criação divina, isto é, algo imutável. Conforme Kauchakje, “para que seja reconhecido como questão social, e uma de suas expressões, um fenômeno social precisa ser desnaturalizado, quer dizer, seus fatores, geradores e possíveis soluções buscadas nas próprias relações sociais e não em justificativas exteriores a elas”³⁹. Assim, a existência de pobreza, falta de trabalho e emprego, saúde, educação e moradia precárias, enfim, a ausência de infra-estrutura condizente à dignidade humana passa a ser compreendidos como produtos das relações sociais. Esse reconhecimento é o impulsionador de lutas por melhores condições de vida, a partir da afirmação de direitos negados na estrutura social vigente.

A partir dessa concepção, compreende-se que a afirmação dos direitos, ao longo da história, nem sempre ocorreu da mesma maneira. Ou seja, os próprios direitos são construções sociais e históricas, sujeitos a transformações no curso de eventos políticos, econômicos, culturais, religiosos ou outros. É claro que isso ocorre dentro da dinamicidade própria à história, embora seja possível detectar momentos específicos em que guinadas mais radicais aconteceram, como a Revolução Francesa em 1789 ou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, por exemplo. Ou seja, nem sempre o direito à vida e sua proteção, enquanto direito fundamental, foi compreendido na sociedade ocidental como um direito inalienável, mesmo que dentro da teologia cristã, desde sempre, isso esteja posto.

Na teorização do campo das Ciências Sociais, podem ser observadas diferentes análises da evolução na área da conquista dos direitos da pessoa, bem como certas classificações dos direitos. Atualmente, há direitos considerados de caráter universal, como o direito à vida; há também direitos de caráter específico, resguardando direitos próprios de grupos. Chueiri⁴⁰ aponta para teses que defendem o desenvolvimento dos direitos fundamentais em diferentes gerações. De primeira geração, são os chamados direitos individuais, como o direito à vida, liberdade, igualdade e propriedade, sendo que o Estado deve agir para proteger e garanti-los. Dentro dessa concepção, direitos de segunda geração dizem respeito a direitos coletivos e sociais, como direitos para o bem-estar social, dentre eles

³⁹ KAUCHAKJE, Samira. *Elaboração e Planejamento de Projetos Sociais*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. p. 25.

⁴⁰ CHUEIRI, Vera Karam de. *Fundamentos de Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. p. 52. O jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio foi um que defendeu essa compreensão.

o direito ao trabalho, educação, assistência social e saúde, sendo que o Estado é compreendido na função de promovê-los. Já nos direitos de terceira geração, compreendem-se novas demandas das sociedades e grupos, mencionados como o direito à participação política, ao desenvolvimento social, à sustentabilidade do meio ambiente, por exemplo, sendo o Estado o elemento onde desembocam as pressões para abertura de espaços à participação e adequação de suas ações de acordo com as reivindicações.

Já Kauchakje⁴¹ elabora a divisão dos direitos em civis, políticos, sociais ou novos. Os direitos civis são tidos como os direitos individuais alusivos à liberdade pessoal, de pensamento e de religião e à liberdade econômica. Os direitos políticos são associados à liberdade de organização e associação em partidos e direitos eleitorais. Direitos sociais são os denominados direitos de coletividade – educação, habitação, saúde, alimentação e outros. E os chamados novos direitos são relacionados a demandas específicas da área de gênero, etnia, idade e questão ambiental, por exemplo. Seja como for a divisão e classificação de direitos, o fato é que a existência dos mesmos tem ligação direta com a estrutura vigente em cada país e sociedade, variando de acordo com a ascensão ou declínio de sistemas políticos e econômicos, bem como da capacidade de organização de cada sociedade, possibilitando ou não o acesso a esses direitos.

No caso de nosso país, a Constituição de 1988, trouxe grandes avanços na garantia de direitos de cidadania, embora muitos ainda não estejam efetivados. Em boa medida, são frutos do processo histórico em andamento à época, com a redemocratização do país, havendo movimentos sociais muito ativos. No que se refere a direitos, em nossa Constituição, há basicamente dois blocos: direitos individuais e coletivos e direitos sociais. Em sua descrição, o texto constitucional⁴² afirma no *caput* do artigo 5º, em relação a direitos individuais e coletivos: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Já no *caput* do artigo 6º, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 26, de 14/02/2000, diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. Após o *caput* de cada artigo, segue uma infinidade de incisos e parágrafos especificando os direitos mencionados. Além do exposto ao longo dessa Constituição, uma série de regulamentações tem sido elaboradas no

⁴¹ KAUCHAKJE, 2008. p. 40.

⁴² CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Porto Alegre: Edição da Assembléia Legislativa do RS, 1988, p. 5.

sentido de ordenar a implementação dos preceitos constitucionais. De acordo com Chueiri⁴³, “a Constituição de 1988, ao proteger os direitos sociais e prescrever tarefas ao Estado para atender tais demandas, optou, assim por um modelo social de Estado”.

A abordagem da Oficina Criativa, a partir de sua instituição, optou pela atuação na área dos direitos sociais, numa tarefa complementar ao que seria competência do Estado. Primeiramente, enquanto Projeto, atuou na área da educação informal, preparando jovens para atuar com artesanato e oferecendo reforço escolar a crianças empobrecidas, e, posteriormente, ingressou no âmbito da educação formal através da oferta de educação infantil no mesmo contexto social. Constitucionalmente, é o Estado brasileiro que deve garantir os direitos, sejam individuais e coletivos como os sociais. Quando isso não acontece ou, então, em função auxiliar, entram em ação entidades de defesa desses direitos, como a IBOC, que se tornam auxiliares na implementação de tais direitos.

Num país como o Brasil, com o crescimento da consciência da população em relação a seus direitos, estando o Estado impotente para corresponder às expectativas, instituições sociais privadas há muito tempo exercem importante função. Apesar disso, o Estado, visto como entidade acima de outras instituições, continua responsável por meio de suas políticas públicas a incrementar o acesso da população aos bens sociais. Essa função do Estado pode ser observada ao longo de toda história da humanidade, embora nem sempre tenha sido exercitada a contento de toda população.

2.3 O Estado como garantidor de direitos

Cada sistema de proteção e garantia de direitos individuais, coletivos ou sociais traz consigo determinada concepção de Estado. No decorrer da história da humanidade, essa concepção tem se alterado de acordo com a dinamicidade própria da história. Cabral⁴⁴, analisando uma infinidade de autores, aponta para essas alterações. Lembra, por exemplo, que durante o período da Idade Média houve uma “ruptura progressiva” no modo de proteção social em relação a sociedades mais antigas e tradicionais, sendo que “as relações de dependência pessoal transformavam-se em relações de contrato”. Essas mudanças têm a ver com a nova forma de Estado que vai surgindo, fruto das alterações no modo de produção, das relações de trabalho e de comercialização da produção, levando o Estado a assumir novos

⁴³ CHUEIRI, 2008, p. 71.

⁴⁴ CABRAL, Eloísa Helena de Souza. *Terceiro Setor: Gestão e Controle Social*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. p. 27- 46.

papéis e funções. Trata-se da expansão do processo conhecido como mercantilismo, bem como de transformações no “Estado feudal”.

Já o século XIX marca o advento do chamado “Estado Providência”, originado das transformações provocadas pela Revolução Industrial na Europa. A marca do “Estado Providência” está numa intervenção mais ativa do Estado no âmbito econômico e social. Ocorre que a industrialização em curso afeta de modo desigual as classes sociais da época, conduzindo as populações a expressarem sua situação em diferentes formas de protesto. Em 1891, a Igreja Católica Romana se manifesta através da encíclica *Rerum Novarum*, de um lado, falando da importância do Estado intervir em situações extremas, mas, por outro lado, não dando razão a movimentos sociais de então, considerando como natural a ordem social desigual. De todo modo, o Estado Providência da época manteve como direitos fundamentais o direito à liberdade e à propriedade particular.

Principalmente em países europeus, a partir dos anos de 1950, surge a concepção do Estado Providência como responsável na garantia de acessibilidade e universalidade da proteção social a seus cidadãos, muitas vezes sendo denominado de Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*). A garantia aos direitos sociais era concebida como motor do desenvolvimento econômico, legitimando a intervenção do Estado sobre a economia. Entretanto, esse modo de Estado chega ao esgotamento ao longo dos anos de 1970, resultado das crises econômicas que se instalaram em diversos países, motivadas pela “crise energética”, especialmente a partir da matriz do petróleo, além das inovações crescentes oriundas da implantação de tecnologias da informação. De maneira simples, podemos concluir que, com a economia em crise, o Estado acolheu menos impostos, o que desembocou na insustentabilidade financeira do sistema de proteção social em vigor.

À época, vão surgindo os impulsos à transnacionalização de empresas, à globalização da economia de mercado, conjugada com a concepção ideológica denominada de neoliberalismo, na busca de uma saída à crise do capitalismo. Dentro dessa concepção, tornou-se necessária a relativização da garantia de direitos sociais. Na compreensão neoliberalista, o “Estado Providência era improdutivo, ineficiente, ineficaz e despótico, gastando o dinheiro público sem criar as condições do desenvolvimento”⁴⁵. Na prática, o Estado deveria diminuir seu tamanho e influência direta na economia deixando os mercados se confrontarem livremente, tornando, inclusive, serviços de proteção social em mercadorias controláveis pela economia de mercado, sendo exemplo disso a expansão de empresas na área

⁴⁵ CABRAL, 2008, p. 39.

de planos de saúde, educação e previdência. O que entra em questão é a capacidade gerencial desses bens sociais e não a possibilidade de acesso a eles pela população.

Nesse rastro, para atender tais demandas, surgiram diversas iniciativas, como a criação de entidades próprias, fundações e também organizações não-governamentais de caráter “filantrópico”, mas com uma “gestão empresarial”. Em contraponto, movimentos sociais em geral se postaram no sentido de que o “Estado deveria manter sua responsabilidade de promoção da cidadania e correção das desigualdades sociais”⁴⁶. Entra em questão a concepção do Estado como expressão ideológica de uma ou outra política de garantia de direitos. Essa divergência na concepção ideológica em torno do Estado tem motivado e sustentado diferentes ideologias partidárias que se confrontam em busca de hegemonia.

Em relação ao cenário brasileiro, embora tenham existido iniciativas de proteção e assistência social anteriores, foi a partir dos anos de 1930, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, que foram implementadas algumas ações em direção a garantias sociais específicas a partir do Estado. Apesar de seu caráter populista, e não propriamente sua visão do cidadão como um sujeito de direitos, a instituição de um salário-mínimo ao trabalhador foi um grande avanço na área da proteção social, que cunhou para a história o dito “Getúlio, pai dos pobres”.

Nas décadas seguintes, ações na área da seguridade social continuaram sendo implementadas, num primeiro momento de forma seletiva, culminando na universalização de direitos na Constituição de 1988. Ou seja, embora a década de 1980 fosse de recessão econômica, motivando cortes e restrições de gastos na área de proteção social, grandes mobilizações políticas das populações do campo e da cidade conseguiram garantir “os princípios de universalização dos direitos à saúde e à assistência social”⁴⁷, levando o Estado brasileiro a assumir função ativa nesse sentido. Na teoria, a concepção de Estado a partir da Constituição brasileira expressa uma grande cobertura dos direitos à cidadania, apesar de, na prática, ainda não vigorarem em plenitude.

A Oficina Criativa se situa nesse contexto de mobilizações da sociedade brasileira, no reconhecimento e na afirmação em nível local de direitos sociais negados. Sem dúvida, essa consciência cresceu ainda mais com a aprovação da Constituição brasileira em 1988 e com a aprovação de leis complementares, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. A IBOC, em seus projetos e como instituição, foi se afirmando pela defesa da criança e do adolescente.

⁴⁶ SOUZA, Nelson Rosário de. *Sociologia Política*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. p. 59.

⁴⁷ SOUZA, 2008, p. 75.

2.4 Diferentes características de entidades de ação social

A partir do estudo de documentos da IBOC, percebe-se que, no princípio, nem sempre havia toda clareza nas suas ações em relação a direitos sociais existentes, bem como a seu papel no contexto do Estado brasileiro. O motor das ações localizou-se na demanda por dignidade às pessoas e na perspectiva de um futuro diferente à comunidade local em meio a um contexto de extrema precariedade. Entretanto, ressaltamos que suas ações se situam dentro do amplo contexto, brevemente delineado acima.

A IBOC surge a partir de ações solidárias, motivadas pelo confronto e diálogo da fé cristã com a realidade social circundante, com formulação posterior de um Projeto, que vai evoluindo até se transformar em uma entidade capaz de ações cada vez mais consistentes. Essa é a trajetória comum a inúmeras outras iniciativas contemporâneas à IBOC. Geralmente, verifica-se que há iniciativas com ações espontaneístas, a partir do contato por parte de uma pessoa ou um grupo de pessoas sensibilizadas por uma situação de pobreza, miséria e negação de direitos sociais mínimos. O sonho pela transformação de uma realidade local, então, fomenta uma utopia de transformação profunda e radical de toda sociedade. Em diversos casos, a utopia por uma transformação profunda e radical da sociedade conduz a grandes mobilizações e reivindicações, resultando na eleição de representantes comprometidos com essa utopia. Em outros casos, como o da IBOC, a utopia por uma transformação profunda conduz pessoas e entidades a “experimentá-la” localmente, em ações mais ou menos coordenadas, contudo, alinhadas dentro do sonho maior.

Essa atuação da IBOC veio a se inserir no âmbito do chamado Terceiro Setor da sociedade. Essa compreensão entende o Estado, enquanto Primeiro Setor; as empresas de direito privado com fins lucrativos, como Segundo Setor; e organizações não-governamentais (ONGs), associações, fundações sem fins lucrativos, como Terceiro Setor. De outro modo, Cabral⁴⁸, diferenciando da concepção de sociedade civil, afirma: “Antes, o TS [Terceiro Setor] é um conjunto de organismos resultante desse processo de publicização, que nasce da representação que indivíduos privados, coletivamente, fazem da questão social, propondo-se a realizar ações práticas para tornar sua solução hegemônica”. Projetos, entidades e instituições de iniciativas privadas, sem fins lucrativos e não-estatais, mas com suas ações voltadas para o bem-estar público, passam ser denominadas integrantes do Terceiro Setor.

⁴⁸ CABRAL, 2008, p. 50.

É interessante observar que “organizações da sociedade civil” (OCSs) expressam uma gama bem mais ampla que as organizações do Terceiro Setor (OTSs). As OCSs envolvem mobilizações e grupos sociais que nem sempre estão ordenados por meio de entidades claramente constituídas, apresentando-se com um caráter mais fluido. Já as OTSs pressupõem entidades de intervenção social com um caráter organizacional melhor definido, embora para muitas dessas entidades também persistam incertezas acerca de sua própria natureza e atuação. Essa diferenciação nem sempre está tão clara na abordagem e estudo acerca dessa questão.

Igualmente, é necessário ressaltar que o Terceiro Setor abrange uma gama imensa de iniciativas, envolvendo atores sociais que se movimentam ora no âmbito público-privado, ora no âmbito público-estatal. Nesse caso, a definição do termo “público” engloba ações que transcendem o caráter pessoal ou particular, buscando o benefício de um grupo social, especialmente na concretização de políticas sociais, referentes a direitos até então negados. O termo “privado” expressa o caráter e a natureza da iniciativa, bem como indica sua possível sustentação financeira. Já o termo “estatal” aponta para possibilidades de convênios e parcerias com o Estado, embora sejam iniciativas privadas, mas de caráter público.

Essa questão está presente na forma de atuação da IBOC, enquanto Organização do Terceiro Setor (OTS) da sociedade. Apesar de sua ação em âmbito e finalidade do bem público, há clareza de que tais ações não possuem intenção de substituir ou suplementar o que é obrigação do Estado. Cabral⁴⁹ ajuda a compreender essa questão ao afirmar:

Consideramos uma OTS uma iniciativa privada de cidadãos que interpretam a questão social de forma solidária, orientando-se por valores expressos em uma missão, e que se dispõem a gerir formas de produção de bens públicos, em um espaço público intermediário que congrega uma mistura de proteção social.

Em sentido semelhante, essa autora ainda afirma a OTS na “condição fronteira”, entre o público, privado e estatal, contudo, mantendo sua especificidade e não se confundindo entre eles, mantendo sua autonomia.

De outra parte, de acordo com Kauchakje⁵⁰, as entidades de interesse público e sem fins lucrativos, que compõem o Terceiro Setor, são variadas, podendo ser classificadas da seguinte maneira: a) ONGs ativistas, fomentadoras da luta por direitos, como Greenpeace; b) ONGs de produção de conhecimento, que organizam e divulgam conhecimento, como a FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional); c) ONGs empresariais,

⁴⁹ CABRAL, 2008, p. 92.

⁵⁰ KAUCHAKJE, 2008, p. 58-60.

ligadas a empresas, fomentadoras de serviços variados, tais como Fundação Banco do Brasil; d) ONGs prestadoras de serviços, cujas ações são voltadas “à oferta de serviços e de bens materiais e educacionais”. As ONGs prestadoras de serviços podem ser subdivididas entre as que são motivadas pela simples ajuda e solidariedade humanitária, sendo as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) um exemplo, e as que são ligadas a alguma confessionalidade, ligadas a igrejas, norteando-se por princípios religiosos, tal como a Pastoral da Criança. Evidentemente, essa não é uma categorização única nem estanque, podendo determinada ONG fomentar lutas por direitos e produção de conhecimento ao mesmo tempo.

Em termos de ONG, a IBOC se situa na última categoria mencionada acima. Ou seja, é uma organização de defesa de direitos que veio a oferecer serviços e bens materiais e educacionais, tendo sua origem e ligação parceira com a Comunidade da Igreja Evangélica de Confissão Luterana em Porto Velho, Rondônia. Como tal, é uma entidade de iniciativa não estatal, portanto privada, mas que realiza serviços de âmbito público, concretizando políticas sociais, sendo um elo para o alcance de direitos sociais onde a presença do Estado é insuficiente. Quer dizer, apesar do direito das crianças a uma boa educação estar garantida por lei, o Estado não consegue realizar tal garantia ou confia que entidades como a IBOC, naquele contexto, têm melhores condições morais para sua execução. Na realização de seus projetos e serviços, a IBOC estabelece convênios e parcerias para sustentação de suas ações, tanto com o Estado (principalmente com o município) como com empresas privadas.

Por fim, apontamos ainda aos públicos constituintes de uma OTS. De acordo com Cabral⁵¹, há diferentes sujeitos em interação: os instituidores, os funcionários, os voluntários, os doadores e o público-alvo. A isso, podemos acrescentar outros sujeitos que indiretamente também são alcançados e estão envolvidos nas ações, como os moradores circundantes à instituição ou as próprias políticas sociais que têm sua implantação e seus limites testados. Ou seja, em nosso caso, ao examinarmos nesses termos a IBOC, percebemos uma teia bastante complexa que envolve um sonho, uma utopia, um projeto, um serviço, uma entidade, uma OTS. É necessário, pois, a confluência das diferentes intencionalidades envolvidas para que iniciativas como da IBOC prosperem, considerando sua origem eclesial, a composição numericamente pequena do grupo comunitário, bem como sua opção original de “dar uma chance a crianças a descobrir e desenvolver a própria criatividade, muitas vezes escondida e esquecida”.

⁵¹ CABRAL, 2008, p. 93.

3 A OFICINA CRIATIVA NO CONTEXTO ECLESIAL

Se as décadas de 1970 e 1980 marcaram o mundo com profundas transformações em todos os níveis de relacionamentos, as igrejas, enquanto atrizes da realidade, não ficaram imunes a essas marcas. Tanto seu relacionamento com o Estado como com os movimentos sociais, bem como com o mundo do trabalho e da produção, tem registrado aspectos dessa realidade em ebulição e da reacomodação das forças sociais. A seu modo, as próprias igrejas intervieram, estabelecendo diálogos e relacionamentos em diferentes níveis, propondo, inclusive, projetos alternativos de trabalho e convivência social.

De um lado, sabemos que houve uma grande reestruturação produtiva deixando o desenho de uma nova geografia econômica, tanto em nível internacional como internamente aos países. Por outro lado, especialmente na América Latina, incluindo o Brasil, na dimensão política houve a implantação de ditaduras militares, sendo a restrição à liberdade de expressão e de manifestação das populações uma das principais linhas de ação dos governos. Esses dois âmbitos, econômico e político, ao longo de todo século XX tiveram prevalência, influenciando decisivamente outros âmbitos, como a cultura ou a religião.

As igrejas estiveram envolvidas nesse processo de diferentes maneiras e em graus variados, não manifestando uma posição unívoca e nem homogênea, mesmo dentro de um mesmo contexto e país. Também houve posicionamentos concordantes e discordantes diante do processo histórico em andamento em diferentes níveis dentro das próprias instituições eclesiais. Em algumas situações, direções eclesiais manifestaram-se em uma direção política conservadora, mas as bases populares rechaçaram tal opção. Outras vezes, dentre as próprias direções eclesiais existiram vozes dissonantes, como os bispos Pedro Casaldáliga e Hélder Câmara no contexto da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil. Inclusive, foram promovidos processos disciplinares internos, como no caso do frei Leonardo Boff, pelo fato dos questionamentos atingirem a estrutura eclesial milenar. Mesmo entre as bases populares as posições e opções por determinados caminhos não eram consensuais, motivando disputas nem sempre fraternas: houve quem fosse favorável à luta através de guerrilha armada para a mudança nos regimes políticos; e houve quem fosse favorável a saídas por intermédio de um movimento de não-violência dentro dos espaços institucionais disponíveis.

O fato era que, diante da realidade vivenciada, havia a necessidade de reação. O estudo da sociedade a partir das relações a ela inerentes, em termos, econômicos, políticos, culturais, religiosos, trouxe à consciência a não naturalidade dessas relações, evidenciando as injustiças existentes. A aproximação da leitura teológica, usando instrumentais vindos do

campo das ciências sociais foi fundamental, tanto para as orientações teóricas na época, quanto para delinear o campo prático de intervenção. Por conseguinte, a idéia e a possibilidade real de mudança e transformação das relações sociais conduziram a mobilizações, protestos, resistências e proposição de alternativas. A repressão a essas manifestações por parte dos governos militares foi contundente, levando a situações extremas de pessoas serem exiladas de seu país, quando não presas e até mortas.

As igrejas, enquanto um setor da sociedade em que o Estado não tem poder de intervenção direta, tornaram-se reduto e trincheira para uma infinidade de militantes sociais. Embora não fosse a única opção para a organização de mobilização, resistência e proposição de mudanças sociais, as igrejas desempenharam função extremamente importante nesse processo, apesar da dubiedade de suas posições oficiais, que acarretavam desconfiança de quem militava na oposição do sistema vigente. Ficou evidente a potencialidade presente nas instituições eclesiais seja para promover a acomodação acrítica de seus fiéis seja para ser incentivadora na busca por direitos individuais e sociais negados.

É no bojo desse contexto que surgiu a releitura teológica e religiosa da realidade. Por meio da leitura popular ou contextual da Bíblia, aliada ao uso da exegese sociológica, grupos eclesiais foram fomentados a buscar a vivência de sua fé, através do engajamento por mudanças na sociedade. Em ambientes rurais, a partir da leitura da Bíblia, grupos eram estimulados a se organizarem em associações, sindicatos e movimentos diversos a fim de buscarem direitos sociais e políticos. Pessoas e famílias que não possuíam terra própria eram motivadas a irem à busca da “terra prometida”, à semelhança do povo de Deus, segundo relatos no livro de Êxodo. Em ambientes urbanos, voltava-se a atenção para a busca por melhores condições de moradia, de educação e de salário. A motivação para essa “luta” vinha a partir de encontros em comunidades eclesiais, orientadas pela leitura bíblica que evidenciava um povo em busca de uma vida melhor, sendo o próprio Jesus seu proclamador. Em muitos locais do país surgiram as chamadas “comunidades eclesiais de base”, que exercitavam novas formas de vivência da fé.

3.1 A IECLB nesse contexto

Teólogos, religiosos e leigos da Igreja Católica Romana foram os maiores expoentes da releitura teológica e religiosa da Bíblia na conjunção à realidade no contexto da América Latina, tanto em nível teórico como prático. Embora a chamada teologia da libertação tenha se originado a partir da reflexão de teólogos protestantes (Rubem Alves e Richard Schull,

por exemplo), o teólogo católico peruano Gustavo Gutiérrez se tornou um dos teóricos principais. Seu livro *Teologia da Libertação*, lançado em 1971⁵², enfatizou a teologia como reflexão crítica sobre a própria ação da Igreja, apontando para a necessidade de novas respostas teóricas e ações concretas diante do contexto sócio-histórico. Outros teólogos latino-americanos de expressão e presença ativa nessa linha de reflexão foram Hugo Assmann, Leonardo Boff, Carlos Mesters, além de teólogas como Ivone Gebara.

No lado teórico, na IECLB, à época, se destacaram teólogos como Walter Altmann e Milton Schwantes. Altmann⁵³, profundo conhecedor das obras e da teologia do reformador Martim Lutero, desenvolveu suas teorias na área da teologia sistemática. Schwantes⁵⁴ veio a tornar-se um dos mais conceituados biblistas da América Latina a partir da releitura interpretativa da Bíblia na perspectiva da pessoa pobre. Ambos alcançaram profunda inserção nas academias latino-americanas, ao mesmo tempo em que também mantiveram sua inserção com realidades eclesiais locais, sendo que sua influência motivou muitas pessoas no engajamento social com vistas à transformação da realidade.

Diferentes áreas acadêmicas foram sendo discutidas e reelaboradas em sentido complementar no contexto latino-americano. Além da área teológica, a filosofia, a história e, de certo modo, a própria ciência econômica passaram por estudos interrelacionados numa perspectiva de transformação ampla e profunda da sociedade. O foco de investigação e estudo se localizou na sociedade e suas estruturas funcionais (ou disfuncionais) com o indivíduo interagindo, enquanto sujeito social. Entrementes, estava colocada a questão de que a reflexão teórica seria vazia se a ela não correspondesse alguma ação, mantendo um constante e permanente diálogo entre a teoria e a prática. Dessa maneira, teóricos diversos foram interagindo com movimentos sociais, grupos eclesiais, projetos de ação social, também com grupos revolucionários mais radicais.

A IECLB foi recebendo o impacto da realidade do contexto brasileiro e latino-americano, reagindo de maneira relativamente positiva. Embora sempre tenha havido dificuldades de inserção nesse contexto a partir de sua origem européia e germânica, e por ainda estar num processo de constituição enquanto instituição, ao longo da década de 1970, novas posturas teóricas e práticas foram sendo assumidas. Schünemann⁵⁵ aponta que “se na

⁵² GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

⁵³ Em 1994, foi publicado uma coletânea dos artigos elaborados por esse autor acerca dessa temática. Veja-se: ALTMANN, Walter. *Lutero e Libertação*. São Paulo: Editora Ática S.A.; São Leopoldo: Editora Sinodal, 1994.

⁵⁴ Apesar de haver uma literatura bastante extensa elaborada por esse autor, destacamos: SCHWANTES, Milton. *Projetos de Esperança*. Meditações sobre Gênesis 1-11. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.; Rio de Janeiro: CEDI; São Leopoldo: Editora Sinodal, 1989.

⁵⁵ SCHÜNEMANN, Rolf. *Do gueto à participação*. São Leopoldo: Editora Sinodal/EST-IEPG, 1992. p. 126.

década anterior a cristologia tinha destaque, nos anos 70 (primeiro quinquênio) a eclesiologia e a missiologia iriam ocupar maior espaço nos documentos”. Ou seja, ao longo dos anos de 1970 houve um certo deslocamento de ênfase na abordagem tanto teórica como prática na IECLB. Iniciou-se a busca por uma responsabilidade e prática diaconal como igreja, apesar de as práticas diaconais terem existido também anteriormente. Conforme Schünemann⁵⁶, documentos como “Discipulado Permanente – Catecumenato Permanente” e “Nossa Responsabilidade Social” buscaram colocar as comunidades como agentes de ação pública e transformadora. Esses documentos foram emitidos pela direção da Igreja entre os anos 1970 e 1974 e colocados para discussão das comunidades da instituição.

Outro fato importante no início dos anos de 1970, e que é consequência de todo processo histórico em andamento, foi a decisão de a Igreja acompanhar seus membros na migração interna existente, especialmente em direção ao norte e região amazônica do Brasil. Essa decisão ocorreu em Concílio Geral da IECLB no ano de 1972. A partir daí, assume oficialmente a assistência religiosa especialmente às famílias que já eram de confissão luterana, enviando pastores e recursos financeiros para manutenção e organização de comunidades. É dessa maneira que a IECLB expandiu sua fronteira eclesiástica, indo além da região sul e sudeste, alcançando quase todos os Estados brasileiros.

Influenciado pela conjuntura social e teológico-religiosa, além de buscar o estabelecimento de comunidades de celebração de culto, é implementada a idéia de um cuidado integral aos seus membros. Isso conduz à proposição de uma grande gama de projetos de ação social, alguns promotores de desenvolvimento principalmente em áreas rurais e outros de cunho mais assistencial e de cuidado com a saúde. Geralmente, esses projetos continham uma filosofia de educação popular, isto é, atuando como educação informal e não oficial, cujos locais de funcionamento eram as próprias dependências comunitárias ou as casas das pessoas envolvidas. A idéia inerente a essa educação popular era o fomento da autonomia das pessoas de modo que pudessem vir a ser um contraponto ao contexto que as envolvia.

No Estado de Rondônia, a partir de 1975, diversos projetos nesse sentido foram implementados: Centro de Treinamento Agrícola, em Espigão do Oeste; Projetos UMA (*United Mission Appeal*), em Colorado do Oeste, Rolim de Moura, Cacoal e Ariquemes. Esses projetos contavam com a atuação de uma equipe formada por um pastor, um técnico agrícola e um agente de saúde⁵⁷. Por essa época, também são iniciados projetos de atuação

⁵⁶ SCHÜNEMANN, 1992, p. 128-129. Os documentos mencionados estão publicados em: BURGER, Germano. *Quem assume essa tarefa?*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1977. p. 37-49.

⁵⁷ LINK, 2004, p. 121-123.

missionária junto a povos indígenas, sendo que em Rondônia e Estados vizinhos vários projetos nesse sentido deslancharam. Mais tarde, outros projetos surgiram como o Projeto Saúde e Ecologia, em Ariquemes, além de um trabalho com meninas empobrecidas, denominado Escola para Vida. Em comum a todos esses projetos é seu financiamento com recursos oriundos de entidades eclesiais ou agências de desenvolvimento do exterior, principalmente da Alemanha e Estados Unidos. De todos esses projetos e trabalhos, os que mantiveram sua existência foram as missões entre povos indígenas e a Escola para Vida, além da Oficina Criativa, cujo início ocorre no começo dos anos de 1990. Até a atualidade, tanto as missões entre povos indígenas quanto a Escola para Vida continuam tendo sua sustentabilidade financeira garantida por entidades ou grupos de amigos (*Freundekreiss*) do exterior.

Em outros Estados e regiões do país, vários outros projetos de ação social foram surgindo, especialmente ao longo da década de 1980. Na área rural, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) foi o que mais se destacou, atuando principalmente em algumas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. No Estado do Espírito Santo, sob o nome de Projeto Sementes, também iniciou um trabalho intenso com agricultores e agricultoras. No nordeste, projetos sociais surgiram junto com o estabelecimento de comunidades em áreas urbanas, como por exemplo, em Balsas (MA), em Recife (PE), além de outros. Na região sul do Brasil, em áreas urbanas, surgiram projetos de ação social de destaque, como o Centro Cristão Feminino – CECRIFE, em Novo Hamburgo (RS).

Sem dúvida, essas diferentes iniciativas pelo país afora evidenciam mudanças em andamento na forma de ser igreja, respondendo a novas perguntas e questionamentos, oriundos principalmente da realidade vivenciada. Brakemeier⁵⁸, em 1989, ao elaborar uma análise, vislumbrando a chegada da década de 1990, aponta que a Igreja estava em uma encruzilhada, precisando tomar decisões pelo melhor caminho missionário. O autor considerava o contexto social consolidado para fundamentar suas afirmações: o processo migratório interno ao país, que destrói relações e estruturas tradicionais, a urbanização e concentração de terras em menor número de proprietários, o acentuado empobrecimento da população brasileira e a “erosão da tradição” eclesial e confessional, resultado do novo estilo de vida presente na sociedade. Ou seja, refletem-se aí as transformações da sociedade global, com novas formas de produção e de trabalho, reconfigurando as relações entre pessoas, famílias, grupos sociais como igrejas e outros. O que Brakemeier quer reforçar é a

⁵⁸ BRAKEMEIER, Gottfried. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil: Missão e Perspectivas. In: BRAKEMEIER, Gottfried (Ed.). *Presença luterana 1990*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1989. p. 176-180.

necessidade de a IECLB manter sua postura em prol da justiça e da responsabilidade social, através de “ações político-diaconais”, fortalecendo dessa maneira as comunidades eclesiais tanto na área urbana como rural.

Entrementes, ao longo dos anos de 1980 e 1990, vão sendo aprofundados diversos estudos e pesquisas de fundamentação bíblico-teológica acerca da presença da Igreja em meio a contextos sociais e realidades de negação de direitos. Surge com toda força o conceito de diaconia, querendo expressar a importância do serviço ao próximo, fundamentados no conceito de servir, apregoado por Jesus nos evangelhos. Boa parte dos projetos de ação social implementados pela IECLB passaram a ser denominados como projetos diaconais, dado seu caráter de solidariedade e serviço junto a pessoas empobrecidas ou em situação de risco social. Resultado de todo esse processo histórico é que internamente, na IECLB, em 1994, foi oficializado o “ministério diaconal”, como ministério ordenado, além dos ministérios ordenados já existentes – o pastoral e o catequético.

3.2 A diaconia como tarefa

A força da realidade vista com olhos críticos e orientados pela reinterpretação bíblica e teológica da fé conduziu à descoberta de que a vivência da fé cristã vai muito além do encontro num templo, num mosteiro ou mesmo numa academia. Nessa perspectiva, conclui-se que a autêntica fé cristã se efetiva na dedicação e serviço pelo bem-estar da outra pessoa – do próximo. Essa compreensão visualiza a outra pessoa em sua integridade e integralidade. Ou seja, o bem-estar da outra pessoa é visto como fruto de ações concretas a partir da fé, contemplando a satisfação de necessidades básicas e a busca pela garantia de direitos de cidadania – tanto direitos individuais como sociais.

O termo que entra em evidência, especialmente no contexto luterano (IECLB), é diaconia. A intenção dessa palavra é expressar a ação de serviço cristão muito além de uma mera ação caritativa de assistência a pessoas necessitadas. Quer expressar o espírito de transformação envolvido na prática do próprio Cristo. No desenvolvimento teórico e teológico do estudo sobre a diaconia cristã, o próprio Cristo é afirmado como modelo e “o diácono por excelência”⁵⁹:

- Diz de si mesmo que “não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em favor de muitos” (Mateus 20.28).

⁵⁹ NORDSTOKKE, Kjell (Org.). *Diaconia: Fé em Ação*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1995. p. 22-23.

- Jesus leva a sério as pessoas que o procuram. Conversa com elas, auxilia-as concretamente em suas necessidades (Marcos 5.21-43).
 - Ele perdoa culpa e pecado. Alivia e cura a pessoa que procura por auxílio (Marcos 2.1-12; 1.40-45).
 - Ele conversa com pecadores, prostitutas, estrangeiras. Valoriza a mulher e dá-lhe lugar especial. Coloca-a lado a lado com o homem (João 4.1-18).
 - Toma a criança como exemplo a ser seguido, por sua simplicidade, confiança e autenticidade (Mateus 18.1-5).
 - Diante de uma multidão faminta, Jesus diz a seus discípulos, portanto também a nós: “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mateus 14.13-21).
 - Jesus questiona autoridades e leis que prejudicam a vida (Marcos 2.23-27).
 - Ele convida para junto de si os cansados e sobrecarregados. A esses quer aliviar (Mateus 11.28).
 - Caminha com os discípulos de Emaús. Deixa-os desabafar. Ajuda-os a ver a realidade que os cerca. Devolve-lhes a esperança (Lucas 24.13-55).
- Jesus fala do amor de Deus e age concretizando esse amor no dia-a-dia. O amor é concreto, visível. Jesus perdoa, cura, ajuda, conversa, questiona, age. Em todos os momentos procura facilitar a vida com palavras e ações.

A citação acima indica a inspiração e o fundamento para o caminho que muitas iniciativas e ações comunitárias passaram a seguir, impulsionados pela fé cristã, executando projetos de ação sócio-diaconal. Quer dizer, é a partir de sua ligação eclesial ou não que um projeto sócio-diaconal se diferenciaria de outro projeto de ação social, sendo que, dessa maneira, o Projeto Oficina Criativa, em sua origem, se revela como um legítimo projeto de ação sócio-diaconal.

Há de se ressaltar que a redescoberta da importância da diaconia no contexto da IECLB ocorre justamente no tempo histórico das décadas de 1970, 1980 e 1990. Sem dúvida, os contextos econômico, político e teológico no Brasil e na América Latina têm sua influência nisso. Contudo, além da influência contextual e além das referências bíblicas da ação de Jesus em seu tempo, também dentro da origem confessional, a partir da Reforma da Igreja impulsionada por Martin Lutero nos anos de 1500, é possível localizar referências. É claro que precisa ser considerado o tempo e contexto muito próprios à época da Reforma, em que a compreensão da função do Estado em termos de economia e política era muito diferente em relação aos séculos mais recentes e ao tempo contemporâneo.

De acordo com Strohm⁶⁰, subjacente à teologia elaborada por Lutero está uma teologia diaconal que indicaria a um “sistema de beneficiência” que a “comunidade jurídica” deveria vir a atender. Nesse sentido, é apontado para três estados pelos quais a ação da fé perpassaria: *status oeconomicus*, em que os frutos do trabalho deveriam servir ao próximo; *status politicus*, onde as funções públicas deveriam beneficiar a todas as pessoas, enfim, a coletividade; *status ecclesiasticus*, onde a reorganização do mundo ou a criação de uma nova

⁶⁰ STROHM, Theodor. “Teologia da Diaconia” na perspectiva da Reforma. In: NORDSTOKKE, Kjell (Org.). *A Diaconia em Perspectiva Bíblica e Histórica*. São Leopoldo: Sinodal, 2003. p. 154-190.

realidade seria a vocação da própria existência da Igreja e da pessoa batizada. Esse autor também sintetiza uma “tríplice diaconia” presente em Lutero, apesar de não estar formulada exaustivamente, da seguinte forma: a) diaconia elementar, a ser vivenciada nas relações mais primárias do dia-a-dia, seja no contexto da família como do trabalho; b) diaconia da Igreja, que, além da convivência fraternal interna, busca a renovação do mundo, segundo o sentido original de sua criação; c) diaconia política, que consideraria a situação social de miséria, fome e enfermidades, buscando novas possibilidades de vida. Sem dúvida alguma, essas idéias foram um desafio para a sociedade da época, no limiar da Idade Moderna. Porém, no contexto recente da IECLB, o resgate dessa compreensão a partir de Martim Lutero tem sido de especial relevância, conjugada à reflexão das teologias contextuais e contemporâneas.

De outra parte, num texto publicado em 1999, Gameleira Soares⁶¹ resume o sentido da diaconia em três palavras: “*assistência social, solidariedade, ações de transformação*” (grifos do autor). Esse autor é enfático ao descrever a diaconia como expressão da autenticidade e da própria identidade da Igreja: “a Igreja de Jesus ou é diaconia, ou não é Igreja de Jesus”. Nesse sentido, tudo o que ocorre no âmbito eclesial deveria convergir numa prática diaconal. O suprimento das necessidades espirituais mais elementares da pessoa cristã, como na celebração de um culto, precisaria manter visualizado no horizonte a satisfação de outras necessidades relacionadas à vida humana. Quer dizer, a vivência da fé cristã precisaria se evidenciar em ações concretas e visíveis, a exemplo do próprio Jesus que ensinou em seu tempo através de sua prática. Isso leva à afirmação da diaconia também como uma ação sócio-política, expressando-se através da experiência de solidariedade que leva a perguntar pelas causas das dores em nosso mundo e da experiência da cidadania que se afirma na existência da dignidade humana. Nessa compreensão, a diaconia encerra em si um caráter profético de denúncia e anúncio, coligado a ações efetivas de intervenção na realidade e contexto social.

Enfim, a reflexão acerca da importância da diaconia no contexto histórico recente conduziu a uma releitura de seu próprio sentido e significado. No transcorrer da história, a ação diaconal havia se restringido em boa medida a auxílios materiais e a assistência espiritual cristã a pessoas idosas em asilos, crianças abandonadas em orfanatos, doentes sem amparo e a algumas outras situações de necessidades. Evidentemente, a ação diaconal continua não dispensando a assistência mencionada. Entretanto, a partir da releitura de seu sentido e significação,

⁶¹ GAMELEIRA SOARES, Sebastião A. Diaconia e Profecia. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, ano 39, n. 3, p. 207-230, 1999.

A diaconia não significa meramente doar alimentos, remédios ou roupas, nem somente auxiliar na reflexão diante dos problemas individuais e coletivos advindos de relações sociais injustas, tampouco envolver o indivíduo num comprometimento com a comunidade. Por ter em vista o ser humano como um todo, a diaconia irá respeitar esse ser como indivíduo, deixando-lhe o direito de ser pessoa sem necessariamente se identificar com a fé⁶².

Essa nova perspectiva passou a estar presente em muitos projetos sociais implementados por diversas igrejas, em especial pela IECLB, mesmo quando não eram denominados como ações e projetos diaconais.

3.3 A IBOC como projeto diaconal

Uma constatação básica do tempo contemporâneo é que a realidade transcorre e se move de forma independente de forças e poderes exteriores a ela. Além disso, igualmente correto é afirmar que não é a palavra de uma Igreja, ou da Bíblia, que define o mundo em que vivemos, por mais que as pessoas cristãs gostariam que assim fosse. A realidade existente é fruto das relações que ocorrem dentro de cada sociedade específica, bem como na sociedade global. A natureza e o planeta também respondem de acordo com a interferência que as sociedades neles estabelecem. As igrejas, fundamentadas na palavra bíblica, buscam ser voz ativa na correção de rumo das sociedades que, por meio de seus sistemas econômicos, políticos e culturais, trazem como fruto realidades injustas e indignas e agressão à natureza e ao planeta. Nascem, assim, projetos de ação sócio-diaconal para serem sinalizadores das mudanças necessárias e possíveis ou para, no mínimo, serem “reduzores de dano”.

A Oficina Criativa tem essa concepção em sua gênese nos anos de 1990. O seu pano de fundo é o contexto histórico das transformações econômicas em escala global, mas com reflexos profundos nas realidades nacionais e locais. Na dimensão política, após anos de ditadura militar, vive-se ainda numa certa euforia democrática, mas já carregando algumas experiências democráticas decepcionantes, aliada com a derrocada de regimes socialistas em diversos países. Em termos religiosos, teológicos e eclesiais, começa-se a colher resultados do estudo, reflexão e leitura da Bíblia a partir da realidade vivenciada. Após a efervescência de mobilizações e movimentos sociais, projetos de ação transformadora são experienciados e novas organizações não-governamentais implementadas. Compreende-se que, a partir da fé cristã, há um horizonte utópico que vê crítica e negativamente a realidade presente,

⁶² NORDSTOKKE, 1995, p. 38.

visualizando sua transformação numa nova realidade com relações sociais mais justas, tanto em termos econômicos como políticos.

Olhando para a intencionalidade original da Oficina Criativa, fica evidente que a motivação para a ação vem a partir da fé cristã, orientada pela nova forma de ler e compreender a Bíblia. É a teologia da libertação que assume o rosto da prática diaconal que passa a ser vivenciada pela Comunidade religiosa local, através da solidariedade com pessoas que sequer pertenciam ao círculo dessa Comunidade, propondo ações de transformação na vida de crianças e jovens. Dessa maneira, em seu tempo e contexto, essa ação assumiu forma de diaconia profética, na medida em que apontou para a precária situação de vida das pessoas, propondo concretamente novas possibilidades de existência. Trata-se de um serviço pelo bem-estar da pessoa, fomentando-a para o exercício de sua cidadania, através da garantia de acesso a direitos individuais e sociais.

A ação diaconal por meio da Oficina Criativa envolveu diferentes atores e atrizes, podendo ser designados como agentes de transformação. Primeiramente, está o envolvimento de lideranças e demais pessoas componentes da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Porto Velho. A partir da convicção da importância e necessidade de sua intervenção, foram disponibilizados tempo, conhecimento e recursos diversos para efetivar sua proposta. Entretanto, dada a limitação da própria Comunidade, diante do número reduzido de sua composição e, como migrantes, em situação financeira não estabilizada, quem de maneira decisiva cooperou na implementação da Oficina Criativa foi um círculo de pessoas amigas de uma comunidade eclesial da Alemanha. Para essa parceria foi fundamental o Pastor Gerd Peter, enviado ao Brasil pela Igreja Luterana da Alemanha para atuar na IECLB, através de um convênio e intercâmbio entre as duas igrejas. Aquelas pessoas, mesmo sem conhecer *in loco* a importância de seu auxílio, confiando no valor de sua ação, tornaram possíveis os passos iniciais e fundamentais da Oficina Criativa, através da doação de valores financeiros. Boa parte da estrutura do que era a marcenaria e hoje é a escola de educação infantil é proveniente dessa parceria. Além disso, na medida em que a ação foi revelando sua intencionalidade e impacto positivo, na própria comunidade do Bairro foram surgindo pessoas voluntárias dispostas à cooperação, especialmente familiares das crianças e jovens diretamente envolvidos no Projeto.

De outra parte, no contexto local, de migração, urbanização sem uma infra-estrutura mínima, com a falta de emprego e possibilidades de renda, por mais que a Oficina Criativa se revelasse como de grande valia, ela não estava imune a fatos como roubos ou problemas de

relacionamento⁶³. Quer dizer, projetos de ação sócio-diaconal também são afetados pelo contexto social que propugnam transformar no sentido de lhes exigirem ações em diferentes direções: no caso, capacitação relacional de instrutores, instrução prática em marcenaria, aliada à reflexão acerca do contexto e realidade social, conjugado com medidas para proteção de patrimônio. Há, pois, uma gama complexa de fatores envolvidos que podem cooperar ou não para que um projeto bem intencionado alcance, ou não, o objetivo em vista.

Diversos outros percalços têm acompanhado esse projeto sócio-diaconal, como muitos outros costumam ser afetados. Uma das limitações sempre presente se refere aos recursos humanos. Embora não em grande número, na Oficina Criativa sempre houve pessoas voluntárias disponíveis, mas que se mantêm pressionadas entre a boa vontade de ajudar a “fazer algo diferente acontecer”, sua capacitação nesse sentido e sua disponibilidade de tempo, junto aos afazeres pessoais e familiares cotidianos.

Quanto a recursos financeiros, a limitação sempre foi ainda mais extrema. Tanto boa vontade e disposição como um sonho e uma utopia são fundamentais, contudo sem um mínimo de recurso financeiro a ação se torna praticamente impossível. Tendo como foco de atuação junto a pessoas destituídas até mesmo de direitos mínimos de cidadania, a ação sócio-diaconal é forçada a apelar à sensibilidade de pessoas anônimas e a buscar parcerias tanto com o poder público como com entidades privadas. O uso da criatividade e a manutenção de um otimismo mínimo sempre foram fundamentais para a Oficina Criativa.

Verifica-se que, após seus quatro anos iniciais de existência, a Oficina Criativa percebe a necessidade de expandir sua atuação, envolvendo crianças em dificuldades no ensino formal, às quais, então, passa a ser oferecido reforço escolar. De acordo com Nordstokke⁶⁴, “também a educação tem uma dimensão diaconal quando ela prepara para a cidadania”. Nesse caso, mesmo a Oficina Criativa alterando gradativamente sua ênfase e seu foco de atuação para a área da educação infantil, ela se mantém no campo de atuação sócio-diaconal. E, na medida em que avança em sua atuação na área da educação infantil, vai surgindo a necessidade do enquadramento legal, o que vem a se concretizar por meio da formulação de uma nova instituição, a Instituição Beneficente Oficina Criativa.

Interessante é observar que na adequação à nova formatação o Estatuto da entidade vai sendo alterado ao ponto da palavra “diaconal” ser completamente suprimida. A questão de fundo é se uma ação sócio-diaconal ao se institucionalizar não perde necessariamente sua

⁶³ Trata-se fatos como desaparecimento de ferramentas utilizadas para a instrução prática na marcenaria e fatos relacionados à forma de agir de instrutores contratados para o ensino.

⁶⁴ NORDSTOKKE, 1995, p. 33.

caracterização e qualificação originais. No caso da IBOC, sua atuação passou a ser no campo da educação infantil formal. Entretanto, o caráter e a compreensão de sua ação como um serviço motivado pela fé cristã se manteve, apesar da ausência da palavra “diaconal” de seu Estatuto. Essa é uma marca inerente à IBOC, sendo ou não mencionado declaradamente.

Se, de um lado, isso revela tensões presentes numa readequação, levando inclusive à supressão da palavra “diaconal”, de outro, isso também evidencia a capacidade de se adaptar a novas conjunturas sociais locais e legais, abrangendo novas demandas de seu contexto vivencial. E esse é o grande desafio de sustentabilidade para projetos e entidades atuantes na área de projetos sócio-diaconais que buscam se manter ativas nos tempos atuais. Armani afirma que a sustentabilidade “poderia ser definida como a capacidade institucional de interagir criativamente com contextos cambiantes, de forma a manter-se a relevância social e fortalecer-se a credibilidade da organização⁶⁵”. A questão da sustentabilidade da IBOC, abordaremos na seqüência.

⁶⁵ ARMANI, Domingos. *Sustentabilidade: Desafio Democrático*. Disponível em: <<http://www.fld.com.br/textos.asp?cod=34>>. Acesso em: 03 nov. 2009.

4 A IBOC E A SUSTENTABILIDADE

O debate acerca da “sustentabilidade” tem estado em voga em muitas questões, seja no âmbito público, privado, particular ou coletivo. Esse debate, ligado ao Terceiro Setor, surge como fruto de reflexões e estudos críticos acerca da fundamentação e viabilidade de distintas propostas de ação e intervenção social. E vem de constatações práticas de que certos posicionamentos e ações sociais, num momento, defendidos como impostergáveis, em outro momento, revelaram-se impotentes, inoperantes ou, inclusive, contraditórios ao conjunto do ideal que se tinha em vista. A partir de situações assim, provêm o discurso da sustentabilidade ou da insustentabilidade.

Mas, por estar tão presente no discurso corrente, a questão da sustentabilidade corre o risco de ter seu sentido diluído em meio a questões de menor importância. O risco é usar essa questão tão somente para legitimar um ou outro discurso, dependendo dos interesses de um ou de outro grupo hegemônico ou em busca de hegemonia na sociedade. Quer dizer, a análise e abordagem da sustentabilidade de idéias e projetos não estão isentos de interesses. Aponta, ainda, a cuidados necessários quando se passa a fazer uso de termos, cujo significado pode inviabilizar propostas necessárias e fundamentais para o bem-estar de uma sociedade. Ou seja, deve estar sempre claro que as relações sociais se dão em meio a disputas muitas vezes evidentes e outras vezes ocultas em propósitos aparentemente razoáveis, sendo o discurso acerca da sustentabilidade um exemplo.

Nesse sentido, o aprendizado com a história vivenciada tem sido fundamental, especialmente para uma infinidade de ações sociais que, por um lado, manifestavam defesas exemplares a quem estava privado de direitos, mas, por outro, descobriam-se profundamente imparciais. Não raro, é possível encontrar projetos sociais com determinadas intervenções revestidas de um belo ideal humanitário de transformar a vida de pessoas e famílias, mas que, ao final das contas, não tinham em vista a reflexão acerca da transformação dos fatos geradores da precariedade na vida de pessoas e famílias. A partir de uma reflexão e abordagem crítica, tais ações e intervenções se mostram insustentáveis por agirem de modo ingênuo, mesmo os envolvidos estando imbuídos de profunda seriedade.

A questão da análise de sustentabilidade de um projeto, de uma instituição ou mesmo de uma ação é um processo complexo. Houve um tempo em que sustentabilidade se referia apenas à questão da sustentação ou auto-sustentação financeira de um projeto ou instituição. Em outro momento, a questão da sustentabilidade assumiu forte conotação ecológico-ambiental que um projeto social ou uma instituição deveria incluir como uma de suas

dimensões. Os distintos sentidos deste conceito estão expressos, por exemplo, no Plano de Ação Missionária da IECLB (PAMI).

Sustentabilidade é a capacidade de um sistema de criar as condições favoráveis para sua sobrevivência e para seu desenvolvimento no presente e no futuro, evitando o esgotamento ou a sobrecarga dos recursos que o mantêm. A história do conceito da sustentabilidade liga-se à preocupação crescente em alcançar o equilíbrio entre atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da humanidade. Em meio à crise ambiental em nossos dias, a promoção do desenvolvimento sustentável tornou-se decisivo para o futuro da vida em nosso planeta. Entrementes, o conceito de sustentabilidade também é fundamental para a administração e a gestão de organizações de todos os setores, especialmente no gerenciamento de organizações da sociedade civil, o chamado terceiro setor, ao qual pertencem as ONGs, as fundações, associações, igrejas etc. É consenso que a sustentabilidade é resultado de um processo de desenvolvimento e fortalecimento institucional⁶⁶.

Quer dizer, na atualidade, o termo “sustentabilidade” está envolvido em boa parte do discurso de organismos governamentais e outros ao falarem acerca de desenvolvimento econômico e social ou também eclesial. Na compreensão acima acerca de sustentabilidade transparece fortemente a importância da gestão institucional, também no âmbito das organizações sociais, educacionais e eclesiais. A ênfase está na necessidade de um desenvolvimento institucional ajustável às demandas e à sua capacidade de sustentação. Entretanto, o desenvolvimento institucional não garante automaticamente a capacidade de sustentação institucional, e nem a capacidade de sustentação assegura o desenvolvimento institucional.

Aqui, compreendemos que sustentabilidade se refere ao conjunto de fatores envolvidos numa ação, bem como no resultado produzido por essa ação. A sustentabilidade se dá pelo caminho financeiro, mas também pela proposta defendida em consideração a uma ampla gama de questões relacionadas ao ser humano como indivíduo e cidadão em interação com a sociedade e a natureza envolventes. A sustentabilidade se evidenciaria na integração de conteúdo e metodologia, ação e resultado, agentes e beneficiários, financiadores e compreensão política da ação, grau de interação positiva com a natureza e assim por diante. O pano de fundo ideológico presente na reflexão e análise de sustentabilidade deveria sempre visualizar a pessoa enquanto cidadã ou indivíduo autônomo e responsável. Teoricamente, quanto melhor uma ação esteja elaborada, abrangendo a complexidade do emaranhado social, ambiental ou ecológico que a envolve, melhor sustentabilidade ela revelaria. Na prática, isso é de difícil constatação e análise em grande parte das ações cotidianas.

⁶⁶ PINTO, Homero S. (Org.). *Missão de Deus – Nossa Paixão*: texto-base para o plano de ação missionária da IECLB 2008-2012. São Leopoldo: Sinodal, 2008. p. 62.

4.1 Sustentabilidade e processos avaliativos

A afirmação ou verificação da sustentabilidade de um projeto social ou mesmo de uma instituição envolve o desenvolvimento em maior ou menor grau de uma avaliação, expressa de forma consciente ou inconsciente. E, em se tratando de avaliação, é fundamental considerar que ela não é uma atividade neutra, desprovida de interesses, seja em sua metodologia, seja em seu conteúdo, seja em suas conclusões. Por simples que possa parecer, uma avaliação expressa uma compreensão pessoal, institucional e social.

Analisando a abordagem de diferentes autores, Boullosa afirma que uma avaliação sempre é expressão de um juízo de valor em sínteses avaliatórias. E é fundamental considerar que “os atores envolvidos na atividade de avaliação, sobretudo o ator que assume a coordenação do processo de avaliação, possuem crenças, valores, preconceitos e outras subjetividades que influenciam no processo”⁶⁷. Enfim, todo emissor de opinião em relação a um projeto social ou a uma instituição expõe sua própria avaliação a respeito da mesma, incluindo seus próprios juízos de valor. Isso quer dizer que, por mais objetividade que se busque ao elaborar o discurso em relação à sustentabilidade, a partir do juízo de valor envolvido, sempre há uma boa carga de subjetividade presente.

É certo, pois, que, quando ocorre de modo formal e elaborado, um processo avaliativo vem imbuído de uma dimensão política. A lógica avaliativa envolvida expressa concepções prévias que, geralmente, se revelam no decorrer do processo e nas conclusões posteriores. Desse modo, a avaliação evidencia a possibilidade de servir de uso instrumental para afirmar a sustentabilidade ou não de intervenções coordenadas por projetos e instituições. A consciência disso auxilia na melhor compreensão seja de suas ações como das opiniões emitidas e, se for o caso, contestar conclusões que podem ser extremamente parciais e prejudiciais à continuidade de bons projetos.

De outra parte, pode-se dizer que muitos processos avaliativos que envolvem a análise de sustentabilidade são concebidos numa abordagem chamada de gerencialista⁶⁸. Essa abordagem enfatiza os atores com poder de decisão, os custos, os mecanismos operacionais, a eficiência e a efetividade de um projeto ou instituição social. Diferentemente, a concepção não gerencialista tem seu foco voltado para os atores que “sofrem” os efeitos do projeto ou da instituição, aos beneficiários diretos e indiretos, à relação político-metodológica envolvida, à

⁶⁷ BOULLOSA, Rosane de F.; ARAÚJO, Edgilson T. de. *Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais*. Curitiba: IESDE, 2009. p. 18.

⁶⁸ BOULLOSA; ARAÚJO, 2009, p. 94.

socialização de conhecimento e promoção de diálogo. Apesar de ajudarem a entender a lógica de processos avaliativos, a compreensão dicotômica dessas abordagens é problemática.

Geralmente, o discurso em torno da sustentabilidade se coloca a partir da abordagem gerencialista. Dentro dessa abordagem, estaria, pois, a análise da eficiência, da eficácia, da efetividade, da capacidade de financiamento de suas ações, da equidade, da replicabilidade, da pertinência e da suficiência de um projeto ou das ações de uma instituição. Nessa abordagem, a sustentabilidade, além da financeira, teria em vista as seguintes dimensões:

- **técnica** (metodologias de trabalho efetivas, capacidade de aprendizado organizacional, etc.);
- **política** (inserção da organização/projeto em espaços políticos, controle social, etc.);
- **humana** (qualificação dos recursos humanos, sensibilidade às questões sociais, etc.);
- **institucional, ambiental e social**, que devem ser observadas em seu conjunto durante um processo de avaliação⁶⁹.

É claro que a análise da sustentabilidade pode ter em vista diversos outros aspectos e não se restringir ao que é designado de abordagem gerencialista. A análise de sustentabilidade pode bem ser aplicada aos itens relacionáveis numa abordagem não gerencialista.

É interessante o que, em outros termos, Armani afirma em relação a uma “sustentabilidade preliminar”. Seria um exame preliminar de um projeto para analisar suas chances de êxito, a partir da conjugação da coerência e coesão de alguns fatores. Neste particular, esse autor destaca a importância de um projeto social considerar as seguintes variáveis:

- exame da sustentabilidade política: haverá apoio suficiente à iniciativa dentre os potenciais beneficiários, dentre outros atores relevantes e mesmo dentro da organização promotora?
- exame da sustentabilidade técnica: a organização promotora e seus potenciais aliados na iniciativa detêm os recursos técnicos e a capacidade (*know how*) necessários?
- sustentabilidade financeira: qual a dimensão de recursos necessários? Quanto provável é que os recursos sejam captados? Em que condições? Quando?⁷⁰

De acordo com essa compreensão, a análise das distintas variáveis de sustentabilidade é quase que pré-condição para a proposição de algum projeto, o que em muitas circunstâncias pode se tornar impedimento para sua implementação. É claro que nesses questionamentos há preocupação com o êxito dos esforços que a implementação de um projeto social envolve.

⁶⁹ BOULLOSA; ARAÚJO, 2009, p. 121.

⁷⁰ ARMANI, Domingos. *Como Elaborar Projetos?*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. p. 42-43.

Mas é necessário considerar que projetos podem ser exitosos, mesmo sem essas análises prévias de sua sustentabilidade.

Em nossas considerações analíticas acerca de sustentabilidade, na perspectiva da Instituição Beneficente Oficina Criativa, temos em vista não propriamente o que seria relativo à abordagem gerencialista ou não gerencialista. Dada sua especificidade original como um projeto sócio-diaconal, intimamente ligado a uma instituição religiosa e a determinada compreensão teológico-missionária, esses são aspectos fundamentais na afirmação de sua sustentabilidade. Isso também indica que, em si, todo projeto e instituição têm especificidades a serem consideradas num processo avaliativo ou no simples discurso acerca de sua sustentabilidade, o que expõe, uma vez mais, a complexidade envolvida.

4.2 A IBOC e sua capacidade de re-elaboração criativa

A partir de seu contexto e pela forma como a IBOC veio a surgir, como muitos projetos e entidades à época surgiram, a sustentabilidade de sua intervenção estava muito mais no sonho e na utopia pela transformação social do que em quaisquer outras questões. Não possuir um local especialmente preparado e dotado de infra-estrutura correspondente, ou não dispor de pessoas tecnicamente capacitadas para a orientação, nem de recursos financeiros que garantissem a ação da iniciativa por determinado prazo ou nem mesmo de um projeto previamente bem formulado e elaborado não eram empecilhos para começar a “fazer algo”. Isso, entretanto, não diminui a seriedade ou a validade de projetos de ação sócio-diaconal como o da IBOC. A razão fundamental de sua ação estava na convicção de fé enquanto comunidade cristã. De certo modo, a “motivação espiritual” dava mais sustento ao projeto do que as condições materiais – infra-estrutura e condições financeiras.

De certa maneira, a área de atuação e o modo de atuação da Oficina Criativa como projeto sócio-diaconal se deu num contexto histórico de “experimentações”. À época, nessa área, não havia grande acúmulo de experiências anteriores seja em nível de IECLB como na sociedade em geral, na área de ONGs prestadoras de serviços. Também não havia experiência administrativa acumulada em relação a essa área: a administração se ocupava com o setor privado ou estatal e não com a área público não-estatal ou mesmo sócio-diaconal. Não havia muita clareza em relação a possibilidades e limites dessas ações localizadas em seus respectivos contextos. Nisso, talvez, estava a motivação para o exercício criativo: ir elaborando seu caminho no confronto permanente com a realidade circundante. Em si, era

uma época em que se buscava “agir e aprender e aprender e agir”, sendo que a sustentabilidade se revelava na capacidade de desenvolver esse exercício.

A elaboração formal do “Projeto Oficina Criativa” veio a ocorrer tão somente no ano de 1994, quatro anos após o início das atividades com adolescentes e jovens. A essa época surgiu a necessidade de buscar apoio financeiro ao Projeto visando a melhoria qualitativa das atividades, bem como o aumento quantitativo de pessoas a serem abrangidas. Sabemos que, a princípio, esse projeto por auxílio financeiro não recebeu apoio, sendo que dentre questionamentos arrolados estava a pergunta pela coerência e sustentabilidade interna ao Projeto. A Oficina Criativa deveria manter seu caráter de “meio para a promoção da população” e não ser um fim em si mesma. Deveria também buscar integração com outros grupos e setores sociais organizados. Além disso, dever-se-ia observar se os objetos produzidos através dos entalhes em madeira não conteriam contradições com o conjunto da proposta da Oficina Criativa⁷¹. É claro que essas já eram questões observadas e que passaram a receber ainda melhor atenção a partir dos questionamentos.

Outrossim, podemos verificar que, de fato, a Oficina Criativa surge diferentemente ao que as compreensões e orientações correntes expõem como fundamentais a um “bom projeto”. Geralmente, há um pressuposto de análise de viabilidade social e econômica de um projeto, buscando responder às questões: quem?, o quê?, por quê?, como?, quando?, onde?, quanto?⁷². Em si, a colocação dessas questões de modo formal pressupõe pessoas tecnicamente capacitadas para fazê-lo e com conhecimento razoável acerca do assunto. Implicitamente e de modo não elaborado, talvez, essas questões até tenham estado presente junto aos proponentes da Oficina Criativa. Mas as respostas foram sendo descobertas no decorrer do processo de implementação de ações.

Podemos dizer que, se sob certo ponto de vista, é essencial uma profunda análise de contextos antes de se começar a execução de um projeto social, de outro lado, a ausência de um prévio planejamento profundo e complexo permite uma maleabilidade maior diante de situações e circunstâncias novas, cujo caminho é desconhecido. Evidentemente, nisso há o risco de se perder o foco da ação, caso não houver uma convicção clara do que se quer. No caso da Oficina Criativa, a não existência de um projeto completamente elaborado facilitou a ampliação de sua ação junto a crianças com dificuldades no aprendizado escolar, bem como a reorientação institucional posterior deixando de atuar junto a adolescentes e jovens, passando

⁷¹ FARIA, 29 set. 1994, p. 2.

⁷² STEPHANOU, Luis et al. *Guia para Elaboração de Projetos Sociais*. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2003. p. 43.

a focar unicamente na educação infantil. Um projeto previamente elaborado poderia ter significado um engessamento da intenção e do sonho de ajudar a transformar aquele contexto ou, no mínimo, teria exigido negociações diversas com financiadores do Projeto, e outros, para efetivar as mudanças.

A partir de sua relativa independência e autonomia de agências externas a seu contexto, destaca-se, portanto, a capacidade de re-elaboração e reinvenção criativa inerente ao que veio a ser a IBOC. De certa maneira, motivado quase sempre por contingências locais, ocorre na prática o que Armani afirma como fundamental a projetos bem elaborados e que buscam êxito em sua execução:

Assim, para que um projeto possa ter maiores chances de êxito, é fundamental que o estilo e a cultura de gestão que o orienta sejam baseados em:

- uma atitude de reflexão crítica, de aprendizado e de investigação permanentes;
- dinâmicas que possibilitem diferentes formas e níveis de participação de todos os envolvidos;
- flexibilidade para experimentar, adaptar e para inovar, de forma que os instrumentos metodológicos usados para gerir um projeto (objetivos, resultados, indicadores, atividades, recursos, prazos, etc.), não se tornem uma camisa-de-força⁷³.

Em si, explícita ou implicitamente, os três itens mencionados sempre fizeram parte do modo de ser da Oficina Criativa e IBOC. Se assim não tivesse sido, dadas as circunstâncias de precariedade e incertezas, há muito tempo teriam conduzido ao encerramento das atividades. E, pode-se dizer que, por estar organicamente sintonizada com seu contexto, aprendizado, flexibilidade e inovação foram impulsos para manter ativo o sonho por uma nova realidade. Portanto, a capacidade de se reelaborar criativamente é uma qualidade essencial de sustentabilidade dessa instituição.

4.3 Sustentabilidade a partir de um ideal

Especialmente no mundo dos negócios, quando não há certeza de que todos os fatores ou pelo menos os fatores principais estão bem alinhados, um grande investimento deixa de ser feito ou é prorrogado até existir melhor garantia de “sustentabilidade”. Não há dúvida de que também há projetos sócio-diaconais que seguem lógica semelhante e, por isso, são eternizados apenas como uma boa idéia ou como um bom projeto.

⁷³ ARMANI: 2000, p. 24-25.

A análise da intervenção sócio-diaconal a partir da Oficina Criativa pela IBOC coloca em pauta o elemento do ideal, do sonho e da utopia. E é inegável que a força de uma convicção de fé num ideal pode ter um caráter de sustentabilidade muito superior a outras garantias, sejam técnicas, políticas ou financeiras. No âmbito do Terceiro Setor, não é muito difícil encontrar iniciativas que possuíam essas sustentabilidades, mas sucumbiram tendo como uma das causas mais evidentes a ausência de convicção naquilo a que se propunham.

A dimensão religiosa, aliada a determinada compreensão teológica cristã, foi e continua sendo elemento fundamental na convicção presente na lógica funcional da IBOC. Trata-se da vivência de uma espiritualidade ativa, não intimista, que vê a necessidade do agir diaconal, a exemplo do testemunho original, advindo de Jesus de Nazaré. É uma fé ativa na prática da solidariedade por meio da oferta de serviço educacional para a transformação da vida das pessoas e da sociedade. Quer dizer, apesar de estar numa comunidade religiosa numericamente pequena, sem condições financeiras próprias para manter o serviço especificamente religioso, inserida num contexto de periferia economicamente pobre, com uma infra-estrutura mínima, seja materialmente, seja em termos de recursos humanos, a IBOC se mantém em ação, por convicção e “teimosia” de fé.

E, apesar de ser uma instituição que mantém em sua retaguarda a origem e ligação direta com uma comunidade religiosa, a IBOC não confunde suas ações com intenções proselitistas. Ou seja, apesar da convicção de fé estar movendo à ação e o cultivo da espiritualidade cristã estar presente nas atividades, o serviço oferecido não espera como resposta direta a adesão das pessoas beneficiárias à Comunidade Luterana, caracterizando-se isso em autenticidade institucional. Mas não há objeção em integrar as famílias abrangidas, caso ocorra busca nesse sentido. Essa forma de atuar vê a outra pessoa em respeito a sua cultura e religiosidade próprias, intervindo apenas em carências e precariedades de outra ordem. Essa filosofia de ação é possível por haver clareza do que compete aos diferentes âmbitos, comunidade religiosa e escola. Esse modo de ser da IBOC resulta em credibilidade perante órgãos públicos e privados, o que, por sua vez, resulta em sustentabilidade política, técnica e, indiretamente, financeira.

De outra parte, a atuação do Pastor Gerd Peter, com sua compreensão teológica e religiosa de desprendimento e dedicação missionária, foi essencial para as origens da Oficina Criativa. Seu poder mobilizador despertou apoio localmente, em Porto Velho, e também em seu contexto eclesial de origem na Alemanha, de onde vieram fundamentais recursos iniciais para alimentar materialmente o ideal. Esses recursos financeiros foram disponibilizados a partir da tomada de conhecimento acerca da realidade de Porto Velho e do ideal existente

através da Oficina Criativa. Foi uma ajuda fraterna, sem a exigência que normalmente há junto às agências financiadoras de projetos sociais de desenvolvimento ou mesmo diaconais. O poder do ideal e a convicção de fé, nesse caso, falou mais alto.

Evidentemente, as lideranças locais da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana igualmente estavam convictas da importância e do sentido evangélico-missionário dessa ação. Embora o Pastor Gerd tivesse importância essencial, ao retornar a seu país em 1998, a Oficina Criativa se manteve, inclusive se reelaborando para responder a novas demandas sociais. E, apesar de, em algum momento, vozes dissonantes a essa opção terem existido no seio da comunidade religiosa local, tem predominado a decisão pela manutenção desse trabalho sócio-diaconal. Isso quer dizer que continua presente a reflexão em torno da importância dessa intervenção no contexto local, sempre considerando o ideal envolvido. Além disso, as próprias famílias beneficiárias também o compreendem, não sendo apenas consumidoras do serviço oferecido, mas cooperadoras da instituição.

A partir dessa compreensão, pessoas tem se disponibilizado para serviços voluntários. Essa disponibilização ao voluntariado ocorre pela boa vontade das pessoas em ajudar no desenvolvimento das atividades ou no preparo da infra-estrutura por meio de limpezas e reformas. Especialmente, os familiares das crianças são os que se envolvem nisso, mas também pessoas ligadas à Comunidade Luterana e outras pessoas do bairro ou estudantes em busca de alguma experiência nessa área. Nessa cooperação voluntária, predomina o envolvimento e a ação pela legitimidade do ideal envolvido e não necessariamente a competência técnica para a realização de boa parte das atividades, embora haja pessoas com a devida capacidade e orientação técnicas presentes. Quer dizer, o ideal move à ação coletiva em torno do que a instituição representa.

Sob o aspecto das limitações relativas ao voluntariado, Silva alerta que, em muitas situações, “a ação social voluntária apresenta-se mais como um bem de consumo para a felicidade individual do que como um dever moral como o próximo”⁷⁴. Embora essa ponderação tenha sentido, ela aponta para o caminho de ida e volta da ação voluntária. Ou seja, uma ação sócio-diaconal voluntária retroage em relação a quem faz a ação acontecer. E, de fato, problemático se torna a situação quando se perde por completamente de vista a importância do ideal envolvido na ação, satisfazendo antes de tudo e, sobretudo, a si próprio. É o risco apontado pela autora, considerando o contexto da sociedade contemporânea em que o pragmatismo e o utilitarismo são uma constante. Nesse caso, o voluntariado, mesmo falando

⁷⁴ SILVA, Jacqueline Oliveira. Voluntariado: Uma Ação Política de Novo Tipo?. In: SILVA, Jacqueline Oliveira (Org.). *Novo Voluntariado Social: Teoria e Ação*. Porto Alegre: Dacasa, 2004. p. 20.

de um belo ideal, poderia estar imbuído apenas pela satisfação da própria pessoa voluntária, colocando em risco a sustentabilidade do ideal, uma vez que, estando satisfeita, a pessoa se afastaria do ideal. Certamente, dentre o grande número de pessoas voluntárias já envolvidas na IBOC terá havido algumas com essa intencionalidade restrita.

A perda da perspectiva do ideal e da outra pessoa como um sujeito com direitos que lhe estão negados é um risco igualmente presente no voluntariado religioso. De acordo com Paixão, sob a ótica de uma ética luterana, a ação da Igreja no mundo, enquanto ação da misericórdia, “precisa dialogar com esta outra pessoa para que ela restitua sua dignidade e possa seguir seu próprio caminho”, sendo que o voluntariado religioso promoveria essa ação de resgate da dignidade⁷⁵. Entretanto, a partir do estudo de um caso, a autora descobre a prática do voluntariado religioso calcado nos aspectos pessoais das voluntárias e com espírito assistencial, sem a dimensão do resgate da dignidade e da cidadania. Quer dizer, a ausência de um ideal mais amplo questiona a sustentabilidade de práticas voluntárias assim em termos de eficiência e eficácia. O voluntariado religioso presente na IBOC não perde de vista o ideal de uma nova realidade de vida para as crianças e famílias envolvidas, bem como o resgate de dignidade a quem reside naquele Bairro e contexto.

É, pois, pela convicção de fé e pelo ideal envolvido que surge a viabilidade e sustentabilidade dessa intervenção. E, a partir disso, são despertados pela IBOC elementos de sustentabilidade técnica com o fomento de voluntariado, sustentabilidade política através do convencimento prático da importância da ação institucional e sustentabilidade financeira com a execução de convênios e parcerias, tanto da esfera pública como da esfera privada.

4.4 A sustentabilidade da compreensão diaconal na IBOC

Mesmo tendo passado por reconfigurações, alterando sua atuação da área de educação informal para formal, a IBOC mantém sua caracterização como instituição atuante no âmbito diaconal. Nesse sentido, há que se considerar que o local e o contexto em que sua ação se efetiva é o mesmo contexto original. Houve reorientação para melhor responder a novas necessidades, dada a mudança inerente ao próprio contexto sócio-político brasileiro. Entretanto, mesmo passando a atuar na área da educação infantil formal, o público abrangido permaneceu o mesmo e a filosofia de trabalho também se manteve, apenas sob nova formatação institucional e legal.

⁷⁵ PAIXÃO, Márcia Eliane L. da. A Ação Voluntária e Identidade – O Caso das Mulheres Luteranas. In: SILVA, Jacqueline Oliveira (Org.). *Novo Voluntariado Social: Teoria e Ação*. Porto Alegre: Dacasa, 2004. p. 79.

A mudança estatutária de 11 de novembro de 2001, ao excluir a palavra diaconia de seus objetivos, mostra a capacidade de aprendizado com o contexto jurídico-educacional e a flexibilidade criativa de a ele se adaptar. A exclusão dessa palavra não alterou o princípio da instituição, nem seu modo de agir, nem o público-alvo. O caráter de serviço à pessoa de algum modo necessitada se manteve e até ampliou a possibilidade de atendimento com a expansão de parcerias e convênios. A partir desse momento, são estabelecidos convênios com o poder público para a cedência de professoras, material escolar e merenda para que a IBOC pudesse continuar suas atividades. Quer dizer, ações sócio-diaconais ocorrem mesmo quando deixam de ser diretamente nominadas como tais.

Essa questão remete à amplitude da compreensão de práticas sociais, enquanto práticas diaconais. No caso da IBOC, o serviço de educação infantil promovido pela comunidade religiosa é uma prática diaconal, pois busca ir ao encontro do suprimento de necessidades fundamentais, das quais as crianças, junto com suas famílias, estavam alijadas. O impulso nessa direção continua na fé cristã. Beulke afirma que:

- a – A diaconia surge onde pessoas crêem em Jesus Cristo, como diácono de Deus, que afirma de si mesmo ter vindo para servir. [...]
- b – A fé e o amor precisam estar integrados para que uma comunidade possa ter expressão diaconal. O *proprium* da diaconia é ir ao encontro das pessoas em situação de risco, que estão com a dignidade ameaçada;
- c – A diaconia sempre vê a pessoa de forma integral, e a ajuda a pessoa como um todo, sem divisões;
- d – A diaconia tem como meta o testemunho do Reino de Deus⁷⁶.

Mais propriamente ainda podemos dizer que a atuação da IBOC é um serviço diaconal por ser um braço da ação da Comunidade Luterana que lhe deu origem. Nesse sentido, apontamos à sustentabilidade diaconal da Instituição.

Por seu serviço, a Instituição se tornou referência para o acesso da população local a outros benefícios e programas governamentais, como a “Bolsa-Família” e outros similares. Ou seja, reafirmou-se a auto-compreensão da IBOC como meio pelo qual a população local pode alcançar direitos de cidadania, seja através de auxílios materiais como momentos de reflexão crítica acerca da realidade circundante. Resultante disso são as novas atividades como Cursos de Pintura em tecido, em parceria com a Escola Sindical Chico Mendes, ou o Projeto Experimental de Reciclagem de Papel numa parceria com a Secretaria de Estado de

⁷⁶ BEULKE, Gisela. *Diaconia em Situação de Fronteira*. São Leopoldo: Sinodal/CEBI, 2001. p. 25. A autora baseia os apontamentos mencionados na obra *Gemeinde und Diakonie* de Theodor Schober, teólogo alemão.

Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) de Rondônia⁷⁷. São atividades pontuais e complementares ao foco principal da IBOC, envolvendo familiares das crianças da educação infantil, além de outras pessoas, não se tratando apenas de atividades práticas, mas aliados a um processo de reflexão acerca das próprias ações.

Outro aspecto interessante de reflexão é a possibilidade de a educação infantil formal continuar caracterizada como educação popular. É claro que não se pode dizer que toda educação infantil formal tem caráter de educação popular. Há fatores que apóiam e sustentam aquela compreensão. E o principal deles é o projeto político pedagógico envolvido. Nesse sentido, é possível conceber uma educação popular, seja no âmbito público-estatal, no âmbito público-particular (ou privado). Compreende-se que, quando a educação tem em vista a construção de aprendizado e conhecimento considerando um processo dialógico, aliado à reflexão crítica acerca da realidade, ela se coloca na perspectiva da educação popular. Em contraposição, está a educação que, desde a infância, tem uma perspectiva técnico-instrumental, sendo meramente pragmática diante da realidade, excluindo a necessidade de mudança e transformação social mais profunda.

A perspectiva educacional inerente à IBOC é a não conformação com a realidade circundante. Nesse sentido, a IBOC mantém sua atuação na área da educação popular. Teoricamente, isso a habilitaria a recursos disponibilizados por agências de fomento à educação popular. Entretanto, por se tratar de uma instituição atuante na educação formal, projetos de apoio não têm sido aprovados por agências financiadoras, sendo essa uma das alegações. Nesse aspecto, agências financiadoras podem estar demonstrando fragilidade em sua compreensão de educação popular, ao não apoiar projetos dessa área, ainda mais fundamentadas num espírito sócio-diaconal.

Outro aspecto que podemos perceber é que a IBOC, com seu espírito sócio-diaconal, atua num contexto de urbanização em que há um “afrouxamento dos laços dos grupos primários”⁷⁸. Ou seja, além de lidar em meio à pobreza econômica, num contexto em que direitos sociais nem sempre são acessíveis com facilidade, os relacionamentos interpessoais, mesmo nas famílias, estão cada vez mais precarizados e frágeis. Desse modo, a IBOC vem a exercer uma função sócio-diaconal de recomposição de um espaço em que há senso de ajuda e

⁷⁷ DIRETORIA DA COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 81*. Ata da Reunião da Diretoria – 10/08/2002. p. 86-87. DIRETORIA DA COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 85*. Ata da Reunião da Diretoria – 26/02/2003. p. 89-90.

⁷⁸ SILVA, Angelo. *Sociologia Urbana*. Curitiba: IESDE, 2009. p. 82. Nessa parte do livro, o autor analisa a teoria do sociólogo alemão Louis Wirth. Grupos primários são compreendidos como grupos familiares e de parentesco.

apoio emocional e afetivo, especialmente para as crianças beneficiárias. Evidentemente, em certos momentos, isso exige uma capacidade maior do que aquilo que é possível oferecer.

De outra parte, a sustentabilidade sócio-diaconal da IBOC também é verificável em termos de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). No Plano de Ação Missionária da IECLB (PAMI) para o período 2008-2012, o incentivo à ação diaconal de suas comunidades consta como uma das dimensões missionárias principais. No texto-base do PAMI, a ação sócio-diaconal é chamada de “agir restaurador”, apontando que “comunidade missionária que serve é aquela que promove ações efetivas e que questiona as situações de injustiça, de opressão e de exclusão. As ações são manifestações da fé em resposta ao amor de Deus”⁷⁹. Na verdade, muito antes da IECLB propor a ação sócio-diaconal como uma de suas dimensões missionárias, a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Porto Velho já exercitava essa dimensão, fomentando suas ações através da IBOC.

Portanto, a sustentabilidade da intervenção social da IBOC encontra fundamento também no caráter sócio-diaconal de suas ações. Suas atividades práticas estão dentro desse alinhamento. Além disso, em termos mais amplos, suas ações estão alinhadas ao que é proposto pela IECLB em seu plano missionário em nível nacional, o que, por sua vez, aponta para a sustentabilidade da IBOC em termos de projeto eclesial.

4.5 Desafios de sustentabilidade

A partir da análise e estudo acerca da IBOC, podemos dizer que, sobretudo, para a sustentabilidade de um projeto ou de uma instituição social é necessário que haja a sustentabilidade de seu ideal. É necessário haver dinamicidade no ideal, desenvolvendo capacidade autocrítica, flexibilidade e inovação. O ideal precisa saber se remodelar e se recriar, assumindo novas formas de execução, sem, contudo, perder o que é sua essência. Criativamente, precisa perceber as mudanças em seu contexto menor e maior, incorporar novos desafios e demandas, também fazendo uso, na medida do possível, de novos conhecimentos, técnicas e tecnologias. Nesse sentido, a sustentabilidade de um ideal é uma arte, que ultrapassa a racionalidade simplista presente em muitos projetos e instituições, mesmo sócio-diaconais.

Termos geralmente usados para racionalizar e instrumentalizar o que um ideal e um horizonte utópico representam são visão e missão. Esses são termos muito comuns a empresas

⁷⁹ PINTO, 2008, p. 47.

privadas e órgãos públicos e que têm sido, sem muito esmero, incluídos no âmbito do Terceiro Setor, e no planejamento de projetos sociais e institucionais. Ao abordar a questão da gestão em organizações de modo geral, Murad aponta que “visão estratégica é a competência para ler cenários externos, compreender as oportunidades e ameaças que oferecem e construir soluções que respondam à demanda emergente, antecipando-se ao futuro”⁸⁰. Já o termo missão assume a função operacionalizadora da visão. Em relação a organizações do Terceiro Setor, Murad afirma que “a missão diz respeito às mudanças que visam a provocar nas pessoas e na sociedade”⁸¹. Não há dúvida de que a racionalização de um ideal e de um horizonte utópico tem uma dimensão positiva para a sua realização. Entretanto, limites existem, principalmente, quando não é feita a devida contextualização dos termos e seus sentidos a projetos e instituições específicas.

De maneira geral, há uma confluência na compreensão de diversos autores⁸² acerca da importância de se estabelecer com clareza a visão e a missão de instituições e projetos, aliados a um aprofundado planejamento estratégico. Isso, inclusive, costuma ser considerado como um dos desafios para a sustentabilidade. E, de fato, podem ter sua importância, sendo instrumentos auxiliares em direção ao ideal e horizonte utópicos compreendidos para além da visão e da missão, bem como de metas, ações, atividades e resultados buscados. Nessa função de instrumentos auxiliares, podem servir de balizadores do caminho percorrido e a percorrer.

Um impasse ocorre quando o planejamento estratégico de um projeto ou instituição aprisiona o ideal, dificultando o desafio de sua reelaboração. Planejamentos estratégicos, mesmo elaborados com boas técnicas metodológicas e assessorias especializadas, podem por em risco o ideal maior, na medida em que sua execução se torna um fim em si. Além disso, planejamentos estratégicos por bem elaborados que possam ser estão imbuídos de uma lógica linear, sendo que a realidade vivencial transcorre sob outra lógica. Não é muito difícil ocorrer um descompasso entre essas questões, transformando um planejamento estratégico em risco para a sustentabilidade de um ideal. Quer dizer, planejamentos estratégicos têm suas funções, mas que não podem ser tornados absolutos, sob pena de ou frustrar aos executores pela impossibilidade de sua plena execução ou conduzir ao distanciamento do horizonte utópico originalmente em vista.

De outra parte, o desafio de sustentabilidade de um ideal, como o da IBOC e de outras tantas instituições, reside na sustentabilidade de seu campo ético-político, uma vez que

⁸⁰ MURAD, Afonso. *Gestão e Espiritualidade: Uma Porta Entreaberta*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 44.

⁸¹ MURAD, 2007, p. 78.

⁸² Cada autor, a seu modo, aborda essas questões, às vezes sem nominá-las diretamente: KAUCHAKJE, 2008; BOULLOSA; ARAÚJO, 2009; ARMANI, 2000; STEPHANOU et al., 2003; MURAD, 2007.

o horizonte utópico é visualizado em meio a contextos concretos. Armani aponta nessa direção, especialmente ao abordar a mobilização de recursos financeiros para a sustentação de atividades no âmbito do Terceiro Setor. Menciona que “na situação atual, tornou-se imprescindível às ONGs e movimentos sociais conquistar visibilidade, credibilidade e legitimidade como condições de sustentabilidade institucional”⁸³. Isso envolve a projeção de uma boa e real imagem, coerência, transparência, amplitude e justeza no ideal em vista. A capacidade de um projeto ou de uma instituição articular esses elementos pode resultar em apoios em forma de voluntariado, doadores individuais, parcerias com empresas, convênios com o poder público e outros. Contudo, esse não é um caminho fácil.

Por fim, faz-se necessário o aprofundamento da reflexão acerca da sustentabilidade de um ideal em termos globais. A ação local de projetos sócio-diaconais como da IBOC são fundamentais, mas não suficientes, considerando o ideal e o horizonte utópico em vista de transformação da vida de pessoas, famílias e da sociedade. Além de “pensar globalmente e agir localmente” é preciso encontrar meios para integrar a ação local num nível mais amplo e global. A constituição de uma rede de parceiros com ideal semelhante tem sido indicada como um dos caminhos. Especificamente à IBOC, essa questão está colocada como desafio de sustentabilidade.

Numa sociedade e num mundo globalizados, seja na cadeia de produção de mercadorias, seja em termos de consumo, bem como na lógica de marginalização e exclusão social, ações reparadoras e propositivas na construção de uma realidade mais justa precisam ter em vista um ideal global. Santos⁸⁴ acredita no ideal de uma democracia redistributiva com o Estado assumindo um papel de diminuir ou até neutralizar o impacto destrutivo da exclusão causada pela lógica da globalização de mercados. Nesse sentido, “a luta por um novo direito internacional mais democrático e mais participativo” deveria ser integrante das lutas desenvolvidas em diferentes países. Assim como a pobreza e a precariedade da garantia de direitos sociais estão globalizados, assim também a luta pela transformação dessa realidade precisa ser globalizada.

Eis que isso se constitui como desafio à sustentabilidade a muitos projetos sociais e sócio-diaconais: saber-se irmanados espiritualmente, mas, ao mesmo tempo, desenvolver ações concretas de modo coordenado em direção a um mesmo horizonte.

⁸³ ARMANI, Domingos. *Mobilizar para Transformar: A Mobilização de Recursos nas Organizações da Sociedade Civil*. São Paulo: Peirópolis; Recife: Oxfam, 2008. p. 191.

⁸⁴ SANTOS, Boaventura de S., *Reinventar da Democracia*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998. p. 68-69.

CONCLUSÃO

No contexto brasileiro e latino-americano, nas últimas três décadas do milênio passado, emergiram intervenções sociais de caráter sócio-diaconal com um testemunho cristão autêntico e singular. Fundamental foi a leitura bíblica e teológica da realidade fazendo uso de novos instrumentais interpretativos, oriundos de diversos campos científicos. Especialmente, a área das Ciências Sociais nutriu a área teológica e pastoral, de modo que elementos existentes na realidade vivencial pudessem ser revelados sob outra ótica. A partir disso, novas perspectivas de prática da fé assumiram caráter ora apenas como rebeldia perante estruturas sociais em vigor ora com propostas e ações efetivas com vistas à transformação social mais profunda. A maior parte dos projetos sócio-diaconais teve e tem essa perspectiva.

O vigor presente na convicção de engajamento social pela motivação a partir da fé cristã sensibilizou instituições eclesiais e agências de financiamento de projetos sociais de diversas partes do mundo, especialmente nos chamados “países desenvolvidos”. Evidentemente, um grande número de projetos sociais foram fomentados e executados por movimentos e entidades não cristãs, mas que partilhavam de ideais e utopias até certo ponto convergentes. Também esses projetos despertaram apoios por seu caráter humanitário e por sua sensibilidade social. Grande parte dos projetos sócio-diaconais, como outros, ao cumprir sua função ou por outras razões, foi extinta. Outra parte desses projetos se institucionalizou, perante a necessidade de se reconfigurar em novo contexto sócio-político.

Em todo esse período, principalmente no contexto brasileiro, distintas Organizações da Sociedade Civil tiveram atuações marcantes, considerando o processo sócio-político de passagem do regime de ditadura militar à abertura lenta e gradual rumo à democracia. É claro que junto a isso é necessário considerar a conjuntura econômica global da época, marcada por transformações no modo de produção capitalista com a introdução de novas técnicas e tecnologias de produção e de gerência. Além disso, as políticas econômicas neoliberais passam a ter cada vez mais caráter transnacional, chegando ao processo denominado de globalização. É em meio a esse processo que se localizam grandes mobilizações sociais de protesto e a proposição de alternativas, visto que o processo em marcha deixava à mostra um lastro imenso de miséria, pobreza e toda forma de injustiça social.

Diante da insuficiência, ou ineficiência, da capacidade governamental para gerência das demandas sociais por parte do Estado, Organizações do Terceiro Setor se colocam como auxiliares, embora em diversos casos tenham assumido um caráter substitutivo ao Estado, apesar de esse não ser seu objetivo. Ao longo desse curso de tempo, tanto o Estado como

essas Organizações foram se readequando, diante do novo contexto jurídico que também foi sendo implementado em nosso país com a nova Constituição brasileira em 1988, posteriormente acrescida de inúmeras outras leis complementares. Surgiu a possibilidade do estabelecimento de convênios e parcerias entre o Estado e essas Organizações, numa perspectiva de cooperação. Boa parte dos projetos sociais e sócio-diaconais que se institucionalizaram passaram a integrar esse campo do Terceiro Setor, realizando suas atividades em forma de convênios com o Estado (Primeiro Setor) e parcerias com o chamado Segundo Setor (empresas privadas) da sociedade.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil foi envolvida por todo processo em andamento no país. De um lado, diante da reconfiguração das forças econômicas brasileiras, sendo a migração ao norte do país consequência disso, veio a estabelecer comunidades em Estados onde não tinha presença, como é o caso de Rondônia. Nesses termos, a Igreja acompanhou esse processo, embora não existisse toda clareza sobre o que ocorria. De outro lado, a Igreja propôs projetos de desenvolvimento econômico auxiliares em diversos locais, uma vez que o Estado, que promovia o deslocamento de massas sociais – a migração –, não tinha estrutura técnica e gerencial suficiente para possibilitar a condizente instalação do povo migrante nos novos contextos. Em Rondônia, todos esses projetos com espírito desenvolvimentista propostos a partir da Igreja, mesmo imbuídos de algum caráter sócio-diaconal, após algum tempo, foram extintos.

De outra parte, à época, surgiu o debate acerca da urbanização que estava em curso e a inserção da Igreja nesse processo. Boa parcela das pessoas-membro migrou não apenas para novas regiões do país para se estabelecer em áreas agrícolas, mas migrou do campo para a cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida. Nessa direção, também foram sendo gestadas ações de pastoral urbana que incluíam a conjugação de algum projeto social alternativo. Já no ano de 1995, formulavam-se críticas internas à Igreja acerca do gerenciamento desse processo. Pauly afirmava:

Defendo a tese de que precisamos de uma nova pastoral urbana e de novo modelo paroquial para a Igreja urbana. Avalio como frustrante a experiência dos últimos 30 anos com projetos pastorais alternativos financiados pelo exterior. A IECLB ainda não fez um balanço político e institucional desses projetos: Qual o seu custo e quais os benefícios produzidos para a formação da cidadania em geral? Para a formação de comunidades eclesiais em particular?⁸⁵

⁸⁵ PAULY, Evaldo Luis. Recriando o Perfil do Discípulo de Cristo: Os Desafios da Assistência Social para as Pastorais das Cidades Brasileiras – Relato de uma Experiência Paroquial. In: BOBSIN, Oneide (Org.). *Desafios Urbanos à Igreja: Estudos de Casos*. São Leopoldo: Sinodal, 1995. p. 89.

Evidentemente, o autor fala a partir de experiências específicas, tendo como pano de fundo a formulação de um modo de ação pastoral alternativo em contexto urbano, em que a ênfase maior estava na viabilização de um novo modelo de pastoral e não na ação sócio-diaconal.

A Oficina Criativa, transformada posteriormente em Instituição Beneficente Oficina Criativa, objeto do presente estudo, caracteriza-se em outra direção. Embora surgida no contexto da busca por uma prática da fé cristã num contexto urbano, essa Instituição se postou desde logo a partir de um projeto por garantia de direitos sociais negados no contexto da periferia da cidade de Porto Velho, Rondônia. Ou seja, desde logo, a ênfase estava colocada mais no caráter sócio-diaconal da ação comunitária. Além disso, foi um projeto proposto a partir da própria Comunidade Evangélica de Confissão Luterana local, sem que houvesse uma proposição externa ou alguma articulação efetiva anterior quanto a sua sustentação financeira, a exemplo de inúmeros outros projetos da época. De certa maneira, isso pode inclusive ter ocasionado dificuldades para obtenção de apoio financeiro em alguns momentos na Igreja nacional, apesar de ter tido apoio em outros termos.

Considerando o contexto social local, o contexto eclesial mais amplo, bem como sua capacidade de remodelação, a Instituição Beneficente Oficina Criativa estabeleceu sua sustentabilidade a partir do ideal inicial de “dar uma chance a crianças a descobrir e desenvolver a própria criatividade”. Esse ideal tem se mantido ao longo dos quase vinte anos de existência da Instituição. Para isso, a criatividade, além de estar no objetivo de sua ação e em seu próprio nome, tem sido fundamental para buscar soluções inovadoras em situações extremamente adversas em termos de sustentabilidade política, técnica, financeira e institucional. A convicção presente na Instituição e no contexto da comunidade eclesial local tem sido decisiva para a continuidade e sustentabilidade de seu ideal.

De certo modo, pode-se dizer que esse ideal tem perdurado por estar inerente a ele o que Assmann e Mo Sung designam de “sensibilidade solidária”. Para esses autores,

A sensibilidade solidária é uma forma de conhecer o mundo que nasce do encontro e do reconhecimento da dignidade humana dos que estão “dentro-e-fora” do sistema social; um conhecimento marcado pela afetividade, empatia e compaixão (sentir na pele a dor do/a outro/a). Por isso mesmo, é um conhecimento e uma sensibilidade que estão comprometidos, que vivem a relação de interdependência e mútuo reconhecimento de um modo existencial, visceral, e não somente intelectual.⁸⁶

A sensibilidade solidária presente na ação sócio-diaconal da Instituição Beneficente Oficina Criativa, além da afetividade, empatia e compaixão, está imbuído do conhecimento bíblico-

⁸⁶ ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e Sensibilidade: Educar para a Esperança*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 134.

teológico presente na pregação e ação de Jesus de Nazaré. Uma fé cristã não intimista, mas conseqüente em termos de sensibilidade social movem a pequena comunidade eclesial local. Compreendemos que essa sensibilidade solidária inerente a seu modo de ser tem trazido a sustentabilidade, seja para a comunidade eclesial local seja para a Instituição Beneficente Oficina Criativa.

O desafio que permanece e existe em relação a outros projetos sociais e sócio-diaconais, ou instituições que atuam nesse âmbito, é a constituição efetiva de redes mais amplas do que a ação local ou regional. Embora na atualidade a conjuntura geral – política, econômica, cultural e eclesial – não favoreçam ações organizadas de forma mais ampla, a construção sólida de uma nova realidade passa por isso. Há necessidade de se ultrapassar tanto o individualismo social, em que cada qual luta por sua sobrevivência, como a concorrência entre projetos do mesmo âmbito social ou sócio-diaconal. Há importância em se construir e ampliar a sensibilidade solidária também nesse sentido.

Na sociedade em que vivemos há disputas, veladas ou evidentes, de projetos de vida e de humanidade. Se, de um lado, a vida humana com certo grau de bem-estar tem sido priorizada, de outro lado, esse bem-estar tem causado mazelas a certas camadas sociais da humanidade e pode estar conduzindo ao esgotamento dos recursos naturais presentes em nosso planeta. Essas questões contradizem o bem-estar preconizado. Projetos sócio-diaconais, além de terem sua ação centralizada na redução de dano social sobre as pessoas, através da garantia de acesso a direitos e bens sociais, incluem em sua reflexão e intervenção a busca por uma sociedade em que haja dignidade para toda criação. A pregação e ação de Jesus de Nazaré dão testemunho disso. Essa é a utopia e sonho mais amplo presente no imaginário de quem se engaja na prática do cuidado com a vida em sua integralidade.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Walter. *Lutero e Libertação*. São Paulo: Editora Ática S.A.; São Leopoldo: Editora Sinodal, 1994.

ARMANI, Domingos. *Como Elaborar Projetos?*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

_____. *Mobilizar para Transformar: A Mobilização de Recursos nas Organizações da Sociedade Civil*. São Paulo: Peirópolis; Recife: Oxfam, 2008.

_____. *Sustentabilidade: Desafio Democrático*. Disponível em: <<http://www.fld.com.br/textos.asp?cod=34>>. Acesso em: 03 nov. 2009.

ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e Sensibilidade: Educar para a Esperança*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BEULKE, Gisela. *Diaconia em Situação de Fronteira*. São Leopoldo: Sinodal/CEBI, 2001.

BOCK, Carlos Gilberto. *Teologia em Mosaico: O Novo Cenário Teológico Latino-Americano nos Anos 90. Rumo a um Paradigma Ecumênico Crítico*. 2002. Tese (Doutorado) – Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2002.

BOULLOSA, Rosane de F.; ARAÚJO, Edilson T. de. *Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais*. Curitiba: IESDE, 2009.

BRAKEMEIER, Gottfried. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil: Missão e Perspectivas. In: BRAKEMEIER, Gottfried (Ed.). *Presença luterana 1990*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1989.

BURGER, Germano. *Quem assume essa tarefa?*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1977.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. *Terceiro Setor: Gestão e Controle Social*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CHUEIRI, Vera Karam de. *Fundamentos de Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 01*. Ata da Primeira Assembléia – 27/09/1987.

_____. Porto Velho. *Ata n. 03*. Ata da Assembléia Geral – 09/12/1990.

_____. Porto Velho. *Ata n. 04*. Ata da Assembléia Geral – 01/12/1991.

_____. Porto Velho. *Ata n. 05*. Ata da Assembléia Geral Extraordinária – 05/04/1992.

_____. Porto Velho. *Ata n. 08*. Ata da Assembléia Geral – 05/12/1993.

_____. Porto Velho. *Ata n. 12*. Ata da Assembléia Geral Ordinária – 16/03/1997.

_____. Porto Velho. *Ata n. 15*. Ata da Assembléia Geral Extraordinária – 12/12/1998.

_____. Porto Velho. *Ata n. 18*. Ata da Assembléia Geral Ordinária – 04/03/2001.

_____. *Estatutos da Instituição Beneficente Oficina Criativa*. Porto Velho, 17 fev. 1999. Arquivo da Comunidade.

_____. *Estatutos da Instituição Beneficente Oficina Criativa*. Porto Velho, 22 nov. 2001. Arquivo da Comunidade.

_____. *Projeto Oficina Criativa*. Porto Velho, 01 mai. 1994. Arquivo da Comunidade.

DIRETORIA DA COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE PORTO VELHO/RO. Porto Velho. *Ata n. 01*. Ata da Reunião da Diretoria – 20/05/1989.

_____. Porto Velho. *Ata n. 50*. Ata da 9ª Reunião da Diretoria Gestão96/98 – 10/08/1997.

_____. Porto Velho. *Ata n. 81*. Ata da Reunião da Diretoria – 10/08/2002.

_____. Porto Velho. *Ata n. 85*. Ata da Reunião da Diretoria – 26/02/2003.

FARIA, Rudelmar B. de. *Carta à Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Porto Velho*. Porto Alegre, 29 set. 1994. Arquivo da Comunidade.

FERREIRA, Manoel Rodrigues *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

FONSECA, Dante Ribeiro da. *Estudos de História da Amazônia*. Porto Velho: Gráfica e Editora Maia, 2007.

GAMELEIRA SOARES, Sebastião A. Diaconia e Profecia. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, ano 39, n. 3, p. 207-230, 1999.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

KAUCHAKJE, Samira. *Elaboração e Planejamento de Projetos Sociais*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

LAZZARESCHI, Noêmia. *Sociologia do Trabalho*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

LINK, Rogério Sávio. *Luteranos em Rondônia: O Processo Migratório e o Acompanhamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1967-1987)*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2004.

MARTINS, Rafael Lacerda. *Geografia Humana e Econômica*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

MURAD, Afonso. *Gestão e Espiritualidade: Uma Porta Entreaberta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

- NORDSTOKKE, Kjell (Org.). *Diaconia: Fé em Ação*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1995.
- OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. *Geografia de Rondônia: Espaço & Produção*. 2ª ed. Porto Velho: Dinâmica Editora, 2003.
- PAIXÃO, Márcia Eliane L. da. A Ação Voluntária e Identidade – O Caso das Mulheres Luteranas. In: SILVA, Jacqueline Oliveira (Org.). *Novo Voluntariado Social: Teoria e Ação*. Porto Alegre: Dacasa, 2004.
- PAULY, Evaldo Luis. Recriando o Perfil do Discípulo de Cristo: Os Desafios da Assistência Social para as Pastorais das Cidades Brasileiras – Relato de uma Experiência Paroquial. In: BOBSIN, Oneide (Org.). *Desafios Urbanos à Igreja: Estudos de Casos*. São Leopoldo: Sinodal, 1995.
- PINTO, Emanuel Pontes. *Rondônia – Evolução Histórica*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1993.
- PINTO, Homero S. (Org.). *Missão de Deus – Nossa Paixão: texto-base para o plano de ação missionária da IECLB 2008-2012*. São Leopoldo: Sinodal, 2008.
- SANTOS, Boaventura de S., *Reinventar da Democracia*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.
- SCHÜNEMANN, Rolf. *Do gueto à participação*. São Leopoldo: Editora Sinodal/EST-IEPG, 1992.
- SCHWANTES, Milton. *Projetos de Esperança*. Meditações sobre Gênesis 1-11. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.; Rio de Janeiro: CEDI; São Leopoldo: Editora Sinodal, 1989.
- SILVA, Angelo. *Sociologia Urbana*. Curitiba: IESDE, 2009.
- SILVA, Jacqueline Oliveira. Voluntariado: Uma Ação Política de Novo Tipo?. In: SILVA, Jacqueline Oliveira (Org.). *Novo Voluntariado Social: Teoria e Ação*. Porto Alegre: Dacasa, 2004.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SOUZA, Nelson Rosário de. *Sociologia Política*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.
- STEPHANOU, Luis et al. *Guia para Elaboração de Projetos Sociais*. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2003.
- STROHM, Theodor. “Teologia da Diaconia” na perspectiva da Reforma. In: NORDSTOKKE, Kjell (Org.). *A Diaconia em Perspectiva Bíblica e Histórica*. São Leopoldo: Sinodal, 2003.
- TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História Regional (Rondônia)*. 3ª ed. Porto Velho: Rondoniana, 2002.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.